

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TATIANA FERREIRA CORRÊA

**A AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
INSTITUTO GUGA KUERTEN**

Florianópolis, outubro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TATIANA FERREIRA CORRÊA

**A AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
INSTITUTO GUGA KUERTEN**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social pela Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Mariana Pfeifer

Florianópolis, outubro de 2015.

TATIANA FERREIRA CORRÊA

**A AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
INSTITUTO GUGA KUERTEN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 21 de outubro de 2015.


BANCA EXAMINADORA



---

Profª. Dra. Mariana Pfeifer  
Orientadora

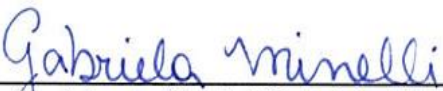
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Profº. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmento  
Examinador

Universidade Federal de Santa Catarina



---

Assistente Social Gabriela Minelli  
Examinadora

Instituto Guga Kuerten

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por sua fidelidade e amor incondicional. Aos meus pais Gilmar, Tânia e aos meus irmãos, pela paciência, carinho e amor me dedicados.

## Agradecimentos

*Primeiramente agradeço a Deus por nunca desistir de mim, por estar ao meu lado e me segurar quando desanimei, estender a mão quando pensei em cair e por me carregar quando chorei, por seu amor incondicional e pelo privilégio de ser sua filha e ter feito o sacrifício na cruz por mim.*

*Aos meus pais aos quais amo tanto, obrigada por me darem a vida e os valores que me guiaram. Minha mãe, Tânia meu exemplo de garra, coragem, de serva de Deus e de amor; meu pai, Gilmar, exemplo de humildade, simplicidade, de homem forte e guerreiro. Ambos dão a vida por seus filhos sem pensar, sou orgulhosa em ser filha.*

*Aos meus irmãos Karyna e Nilo, por tantas vezes estarem ao meu lado e me apoiarem, escutarem, pelo amor e carinho; obrigada pelas lembranças maravilhosas de toda uma vida. Amo tanto vocês.*

*Aos meus cunhados Luiza e André por fazerem parte da nossa família, cuidarem dos meus irmãos e participarem desse processo direta ou indiretamente. Sou grata a Deus pela vida de vocês.*

*Aos meus avós Neuza e Machado meu amor, carinho e agradecimento pela dedicação, incentivo e paciência.*

*Ao meu avô Lídio mesmo distante, sou grata por suas orações e carinho a mim dedicados. Fico honrada de poder dar esse presente e prometo que o próximo é o casamento!*

*A todos os meus familiares por fazerem parte da minha história e entenderem que a distância não afasta os sentimentos, amo todos e sou grata pela torcida e pelas curtidas no facebook e mensagens de carinho e força.*

*A todos os queridos amigos da Primeira Igreja Batista que oraram pela realização deste sonho em ingressar a faculdade, acompanhando os primeiros anos desta jornada, ao qual me apoiaram e incentivaram.*

*A Igreja Batista Balneário do Estreito que muitas vezes tiveram ao meu lado, amigos, companheiros, ouvintes, incentivadores, que oraram muitas vezes pelos dias bons e ruins. Foram peças fundamentais para realização deste trabalho de conclusão. #atosfloripa #tamosjunto*

*Ao Instituto Guga Kuerten por me proporcionar o melhor espaço que sem dúvida imprescindível a minha formação acadêmica como Assistente Social. Aos meus amigos e colegas de trabalho pela cumplicidade, paciência, parceria; às crianças, adolescentes e suas famílias por me proporcionarem tamanho aprendizado e carinho, que me acompanharam na lembrança eternamente. Momentos inesquecíveis.*

*À Assistente Social, amiga e parceira Gabriela Minelli, pelo incentivo, confiança, puxões de orelha. Sua importante contribuição faz de mim uma profissional melhor. Obrigada!*

*Meu agradecimento a minha orientadora Mariana Ffeifer, que me apoiou e incentivou na realização deste trabalho de conclusão, o meu muito obrigada. E as professoras que passaram por mim e que fizeram toda diferença no meu crescimento como profissional, como pessoa, muito obrigada as professoras Andréa Fuchs, Rúbia dos Santos, Edaléa Ribeiro, Juliane Justino, Cleide Gessele e a todos os professores de toda graduação, foram muito importantes.*

*Agradeço com muito carinho, todos aqueles que contribuíram nessa minha jornada. Aqueles que andaram ao meu lado; oraram incansavelmente por mim; seguraram na minha mão e me conduziram quando cansei; lavaram meu rosto quando desanimei; enxugaram minhas lágrimas quando chorei; e que me apoiaram sempre que precisei.*

**Muito Obrigada!**

*Nada vai me separar  
Mesmo se eu me abalar  
Teu amor não falha*

*Mesmo sem merecer  
Tua graça se derrama sobre mim  
Teu amor não falha*

*Tu és o mesmo pra sempre  
Teu amor não muda  
Se o choro dura uma noite  
A alegria vem pela manhã*

*Se o mar se enfurecer  
Eu não tenho o que temer  
Porque eu sei que me amas  
Teu amor não falha*

*Se o vento é forte e profundo o mar  
Tua presença vem me amparar  
Teu amor não falha*

*Difícil é o caminhar  
Nunca pensei que eu fosse alcançar  
Mas teu amor não falha*

*Tu fazes que tudo coopere para o meu bem*

*Nívea Soares*

## RESUMO

CORRÊA, Tatiana Ferreira. A Autonomia Profissional do Assistente Social no Instituto Guga Kuerten. 2015. Monografia. (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

O trabalho de conclusão de curso que se apresenta visa buscar um embasamento teórico e metodológico para analisar e publicizar as ações sobre a autonomia relativa do profissional dentro da instituição de atuação da autora como estagiária no “Instituto Guga Kuerten”. Uma instituição Não-Governamental sem fins lucrativos que visa a autonomia de seus profissionais, se enquadra como uma instituição de terceiro setor, que desenvolve projetos em áreas com vulnerabilidade social. O terceiro setor tem possibilitado aos profissionais assistentes sociais um espaço de atuação por muitos anos, espaços esses que compram sua mão de obra especializada. Tendo em vista que o profissional dentro das universidades é preparado eticamente, teoricamente, para ser um profissional independente, desenvolvendo sua autonomia para que dentro de suas possibilidades crie ações em defesa e garanta a efetivação dos direitos dos usuários. Entretanto sua força de trabalho entra no mercado como uma questão de troca, mais valia a partir deste momento sua autonomia se torna relativa, pois deve prestar conta de suas ações aos contratantes. Entretanto o Assistente Social tem sua autonomia questionada, ao momento que vende sua mão de obra qualificada, tendo que se submeter aos ditames institucionais, mas não podendo esquecer que mesmo diante de um processo capitalista seu trabalho vai de encontro às várias expressões da questão social. Este trabalho de conclusão vem apresentar e conceituar a Autonomia Relativa do Profissional do Serviço Social dentro das instituições governamentais e não-governamentais, dentro dessas análises foram abordados temas específicos como conceito de autonomia dentro da profissão, e em outras áreas de relevância, Psicologia, Educação, Filosofia, Pedagogia e Saúde. Em seguida foi abordado um estudo teórico-metodológico, trazendo fragmentos específicos sobre a Autonomia Relativa no Terceiro Setor, uma contextualização teórica e política da publicização e o Terceiro Setor, seguido por um conceito de instituição, instituto, ONG's, Terceiro Setor finalizando com o trabalho da Assistente Social dentro dessas instituições. No último capítulo foram descritos o contexto histórico e metodológico da instituição e dos profissionais Assistentes Sociais, finalizando com a pesquisa realizada com as profissionais do IGK. Este trabalho de conclusão tem por objetivo “Conhecer a percepção das assistentes sociais acerca da sua autonomia profissional no IGK”, resgatando assim um debate acerca da Autonomia Relativa do profissional, para assim compreender o trabalho nas organizações de Terceiro Setor. Para esta análise da compreensão das profissionais Assistentes Sociais do IGK acerca da sua Autonomia Relativa, foi realizado através da pesquisa com duas profissionais, uma entrevista individual com perguntas abertas, possibilitando perceber a interação entre a instituição e as profissionais acerca do tema proposto.

**Palavras-chave:** Autonomia Profissional, Serviço Social, Terceiro Setor



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 O DEBATE ACERCA DA AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL</b> .....	<b>14</b>
1.1 CONCEITOS E SIGNIFICADOS DE AUTONOMIA RELATIVA .....	14
1.2 AUTONOMIA PROFISSIONAL EM DIFERENTES ÁREAS E PROFISSÕES.....	16
1.3 A AUTONOMIA RELATIVA NO SERVIÇO SOCIAL .....	22
<b>2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS/NÃO-ESTATAIS/ NÃO-LUCRATIVAS.</b> .....	<b>28</b>
2.1. O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA PUBLICIZAÇÃO E O TERCEIRO SETOR.....	28
2.2. CONCEITO: O QUE É O TERCEIRO SETOR E O QUE É “INSTITUTO”.....	34
2.3 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE TERCEIRO SETOR .....	38
<b>3 AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN</b> .....	<b>44</b>
3.1 O INSTITUTO GUGA KUERTEN .....	44
3.2 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN.....	47
3.3 INDICAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA .....	48
3.4 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA. ....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão vem apresentar e conceituar a Autonomia Relativa do Profissional do Serviço Social dentro das Instituições governamentais e não-governamentais, com foco na última, debate que vem tomando forças nos últimos tempos. O profissional como autônomo, com mão-de-obra qualificada, especializada, entra nos espaços de atuação ao vender sua força de trabalho tornando-se assim uma “propriedade” da instituição contratante tendo que seguir suas regras e mandos, a partir deste momento sua autonomia se torna relativa, pois sua atuação é efetivada na “prestação de contas” do que fez ao contratante. Como podemos observar historicamente a profissão começa a ganhar forças no campo do Terceiro Setor quando o Estado delega a responsabilidade para o mesmo, devido ao crescimento dos espaços sócio ocupacionais não-governamentais a profissão abrange suas áreas de atuação. Os espaços sócio ocupacionais e suas práticas em defesa e efetivação dos direitos dos usuários, vem sendo oprimida pelas demandas desses espaços. No entanto entram em evidência quando o profissional qualificado vende sua força de trabalho perdendo sua autonomia para cumprir o que lhe é proposto.

A Autonomia Relativa é pouco discutida pelos profissionais da área, mas que dentro de suas potencialidades se torna um debate instigante de ser pesquisado. Ao ser proposto logo vem a mente a autonomia dentro da instituição de atuação do Estágio Curricular Obrigatório I e II, ao qual está inserida a autora em questão – Instituto Guga Kuerten. Os profissionais da Instituição prezam pela autonomia dos seus funcionários e estagiários, planejamento, execução e avaliação com ampla liberdade, sempre levando em consideração ao que é proposto. Sabemos que são raras as instituições que exercem tamanha liberdade para seus profissionais, dessa forma a pesquisa em questão foi uma forma de avaliar como os profissionais da instituição em questão avaliam sua atuação, mesmo sabendo que sua autonomia continua sendo relativa.

O Serviço Social na contemporaneidade vive um momento abrangente em suas áreas de atuação, tendo um expressivo aumento nas instituições do terceiro

setor, visivelmente focalizado na área de criança e adolescente, que segundo o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA - vem desde 1988 na Conferência Nacional tendo um enfoque cada vez maior.

Tal demanda vem se mostrando focalizada em algumas áreas de conhecimento, especificamente nas instituições que trabalham com equipes interdisciplinares<sup>1</sup> como exemplo o Programa de Esporte e Educação Instituto Guga Kuerten onde este projeto final terá maior enfoque da pesquisa.

O Serviço Social tem suas raízes muito fortes dentro da referida instituição desde sua criação em 17 de agosto de 2000, com objetivo de institucionalizar as ações sociais que a família Kuerten já vinha vivenciando ao longo de sua história. Pelo fato de Alice, mãe de Gustavo Kuerten, ser Assistente Social, a profissão foi valorizada por seu olhar profissional. Hoje os profissionais e estagiários de Serviço Social possuem ampla autonomia em sua atuação na instituição.

As estratégias pedagógicas utilizadas pelos profissionais do Programa Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten vem ao encontro as demandas existentes em cada núcleo de atuação, ao serem identificadas pelos profissionais da equipe são devidamente encaminhadas de forma que possibilite uma eficácia na criação e implementação das oficinas socioeducativas. Desta forma a pesquisa realizada possuiu um enfoque nas relações entre Assistente social e Instituição no caso, foi analisada a autonomia relativa das assistentes sociais na Instituição na qual exerceu função de estagiária do serviço social.

O Instituto Guga Kuerten, no Programa Campeões da Vida elabora e executa projetos nas áreas com maior vulnerabilidade social, trabalha com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e adultos com deficiência intelectual ( A COEPAD – Cooperativa de pessoas com deficiência intelectual que trabalha com a reciclagem de papel), uma associação civil, sem fins lucrativos que executa da melhor forma esses projetos em prol das comunidades envolvidas. Este trabalho de conclusão de curso decorre, assim, da participação da autora, por meio de estágio curricular obrigatório, no Instituto Guga Kuerten e, especificamente, com atuação no “Programa Campeões da Vida”, desenvolvido em Biguaçu, localizado na Empresa Inplac. O escritório do IGK, localizado Na Av. Madre Benvenuta, 1168, sala 201.

---

<sup>1</sup> Áreas de atuação que compõem a equipe interdisciplinar do Programa de Esporte e Educação do Instituto Guga Kuerten, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Educação Física, Artes Cênicas e Biblioteconomia e Jornalismo. COEPAD – Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência.

Centro Executivo Aldo Kuerten. Bairro Santa Mônica. CEP: 88035-000. Florianópolis/SC

O trabalho de conclusão em questão tem por objetivo realizar uma discussão acerca da percepção da autonomia relativa do profissional Assistente Social dentro das instituições de sua atuação, neste caso a instituição em foco, onde se realizou a pesquisa Instituto Guga Kuerten.

Sobre o tema referido “Autonomia Relativa” do profissional dentro das instituições especificamente nas instituições de Terceiro Setor no qual a autora se insere. Dentro dessas análises foram abordados temas específicos como: conceito de autonomia dentro da profissão, como em outras de relevância; Foi realizado um estudo aprofundado, teórico-metodológico, trazendo fragmentos específicos sobre a Autonomia Relativa no Terceiro Setor; Foram realizadas entrevistas com as profissionais na referida instituição, analisando seu conhecimento e percepção acerca do tema em questão; foram descritos o contexto histórico e metodológico do profissional Assistente Social no Instituto Guga Kuerten, no qual foi realizada a pesquisa com as profissionais.



Esta pesquisa tem por objetivo geral:

- Conhecer a percepção das assistentes sociais acerca da sua autonomia profissional no IGK.



E tem como objetivos específicos:

- Resgatar o debate acerca da autonomia relativa do assistente social, seus conceitos e significados.
- Compreender o trabalho do assistente social nas organizações do terceiro setor, em especial, nos institutos.
- Analisar a percepção das assistentes sociais do IGK no que se refere à concepção de autonomia profissional, compreensão sobre a autonomia relativa e compreensão sobre a autonomia profissional nas instituições do terceiro setor e no IGK, especificamente.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista estruturada com cinco perguntas, onde os dados coletados através da entrevista, gravada com permissão das profissionais, para uma melhor formulação dos dados, a gravação foi apagada logo após a análise dos dados. As entrevistas foram individuais, com observação

participante e com o tempo de duração de no máximo trinta minutos, sendo essas informais, deixando as profissionais mais confortáveis possíveis.

A literatura nos indicava que autonomia do Serviço Social é uma autonomia relativa em função do caráter do trabalho assalariado, em todas as restrições que a própria instituição coloca ao ofício, as condições objetivas e institucionais são levadas em consideração, mas ao ser analisado os dados das entrevistas realizadas com as profissionais da instituição, percebemos que no IGK as Assistentes Sociais não consideram que possuem uma autonomia tão condicionada assim, consideram que dispõem uma autonomia ampla, por isso as discussões foram mais encaminhadas no sentido da autonomia profissional e não se restringindo ao seu caráter relativo. Sem desconsiderar é claro que a autonomia nunca é ampla, total e restrita, sempre tem os condicionantes políticos, materiais, objetivos, concretos, legais, entre outros.

No primeiro capítulo iremos abordar o Debate Acerca da Autonomia Profissional do Assistente Social, trazendo em seus tópicos os conceitos e significados da autonomia relativa, logo em seguida conceituando em algumas áreas de atuação como; Filosofia, Psicologia, Educação, Saúde, Direito, seguindo para a autonomia relativa do Assistente Social.

No segundo capítulo iremos abordar o trabalho do assistente social dentro das instituições não governamentais, trazendo uma contextualização histórica e política da publicização e o terceiro setor, em seguida um conceito sobre o terceiro setor, instituição, instituto, ONG's entre outras. Ao final falaremos sobre o trabalho da Assistente Social, dentro dessas instituições.

No terceiro capítulo foi realizado um debate acerca da Autonomia Profissional especificamente no IGK, mas antes realizamos uma breve apresentação do contexto histórico do Instituto Guga Kuerten, na sequência uma breve contextualização sobre Assistente Social na instituição em questão, finalizando com a pesquisa que foi realizada através de entrevista aberta e análise da mesma.

## **1 O DEBATE ACERCA DA AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Neste capítulo iremos abordar o Debate Acerca da Autonomia Profissional do Assistente Social, trazendo em seus tópicos os conceitos e significados da autonomia relativa, logo em seguida conceituando em algumas áreas de atuação como: Filosofia, Psicologia, Educação, Saúde, Direito, seguindo para a autonomia relativa do Assistente Social.

### **1.1 Conceitos e significados de autonomia relativa**

Atualmente autonomia relativa é uma palavra que vem adquirindo forças nas falas dos profissionais das diversas áreas do conhecimento, não muito explorada pelos autores historicamente, mas vêm numa perspectiva de influência nos diversos atores de nossa sociedade, atores esses que se expressam nas políticas, nos movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais.

Mas esta autonomia segundo o Dicionário Significados<sup>2</sup> é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Significado que propõe ou traz as pessoas um ar de que os seres humanos são independentes, livres para expressar seus sentimentos e pensamentos. No mesmo dicionário ainda nos retrata um governo idealizado pela maioria da sociedade, um governo socialista expresso por alguns autores de nossa história que pontuaram em seus livros a liberdade de um povo em criar suas próprias leis sem interferência do Estado, expressando essa autossuficiência, que também pode ser expressa como governo de si mesmo, ser suficiente nas suas escolhas e nas suas ideias.

No dicionário Aurélio, ainda pode-se encontrar a autonomia sendo uma “independência administrativa”, levando em conta a liberdade adquirida nas diversas instituições e áreas de conhecimento, até que ponto o profissional utiliza dessa

---

<sup>2</sup> Dicionário Significados <http://www.significados.com.br/autonomia/>, Acesso em: MAR/2015)

autonomia e possui liberdade de expressão institucional. É importante diante das bases que configuram essa assessoria articularem as diversas ações, diante desta análise, garantir uma relativa autonomia analisando as configurações dos sujeitos políticos, visando ao profissional e a instituição contribuir com a garantia dos direitos, fortalecimento dos sujeitos, que retrata aos usuários uma emancipação. Importante ressaltar que independência, ser livre, sem depender do próximo administrando sua própria vida e as coisas em sua volta.

No Dicionário Informal<sup>3</sup>, uma coisa “relativa” vem de encontro a dependência da relação com outra coisa ou outro fator, que varia conforme a relação entre elas, conforme as circunstâncias. Expressando que o ser precisa da troca mutua, do outro, na qual tudo na vida do ser humano não se faz sozinho, para comer o pão eu preciso do padeiro para produzir o mesmo, e o padeiro para fazer o pão precisa do trigo que é colhido pela colheitadeira, e os mesmos precisam plantar o trigo para colher e assim por diante, um precisando do outro para se obter um resultado.

Entretanto o conceito de autonomia encontrado por Vicente Zatti em seu artigo “Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire”, traz em sua fala:

Etimologicamente autonomia significa o poder de dar a si a própria lei, *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei). Não se entende este poder como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de auto-suficiência. Indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a distinguem do poder dos outros e do poder em geral, mas apesar de ser distinta, não é incompatível com as outras leis. Autonomia é oposta a heteronomia, que em termos gerais é toda lei que procede de outro, *hetero* (outro) e *nomos* (lei). Ferrater Mora (1965) define autonomia como uma realidade que é regida por uma lei própria. Ainda sugere dois sentidos para o termo autonomia: o sentido ontológico se refere a certas esferas da realidade que são autônomas em relação às outras, por exemplo, a realidade orgânica é distinta da inorgânica, o sentido ético se refere a uma lei moral que tem em si seu fundamento e a razão da própria lei. O último sentido de autonomia foi desenvolvido por Kant. Segundo Abbagnano (1962, p. 93), é bastante usada a expressão "princípio autônomo" no sentido de que o princípio tenha em si, ou coloque por si mesmo, a sua validade ou a regra de sua ação (ZATTI, 2015, p.10-15).

Neste sentido a autonomia expressada pelo autor vem de encontro a troca, a reciprocidade, o pensar e ser como autônomo, e devido as circunstâncias e condicionamento ela não é absoluta. Mas podemos pensar essa heteronomia no sentido não da troca mais da dependência total do outro. Citado no exemplo acima, do pão.

---

<sup>3</sup> Dicionário Informal <http://www.Dicionarioinformal.com.br/relativo/> . Acesso em: ABR/2015)

Podemos pensar autonomia Universitária que é expressa pela autora Borda (2010) como três correntes, a primeira que ela é restritiva e conservadora, outorga de uma autonomia modulada pela vontade política limitada pelos poderes estatais como todas as outras, onde a sociedade acata os mandos do Estado sem participação da sociedade. Em segundo, a corrente libertária defende o autogoverno sem dependência legislativa do Estado, um governo independente com plenos poderes para criar suas próprias leis sem nenhuma interferência; e a terceira, autonomia modulada reconhecendo os limites impostos pela instituição. Essa autonomia se justifica para a preservação dessa crítica autônoma, sendo assim um poder limitado, compreendendo a execução de seus fins, ou seja, uma instituição onde seus colaboradores possuem uma autonomia relativa, dependendo dos mandos e desmandos institucionais.

## **1.2 Autonomia profissional em diferentes áreas e profissões**

Em algumas áreas profissionais como a Filosofia, o conceito de autonomia vem ao encontro a idéias relacionadas ao indivíduo e sua capacidade de escolhas, sua liberdade de gerir sua vida. Um dos autores que salienta autonomia dentro da filosofia é Castoriadis (Apud Martins, 2002) que traz em seu texto uma reflexão de movimentos autônomos e as instituições sociais na construção da reprodução e produção das relações dentro da sociedade capitalista no período Soviético nas décadas de 60 a 90. O autor cita que a autonomia é um exercício com limites, e ao ser desejado deve ser para todos com a ideia de coletividade. Defende a autonomia como um eixo do projeto revolucionário, como uma revolução socialista visando a autonomia. Castoriadis (Apud Martins, 2002) salienta a ideia que essas contradições são reveladas pelo marxismo, onde são geradas pelo conflito do desenvolvimento das forças produtivas e as relações da produção capitalista. O autor contextualiza um período da Soviética “socialista” que passa pelas contradições das políticas liberais onde o homem era tratado como coisas a partir das suas propriedades, quer dizer quem tem mais liberdade e autonomia eram os que continham posses, maior



aquisição no poder, não muito diferente da atualidade onde as pessoas autônomas, independentes, mais ainda sim dependentes do Estado, das políticas públicas e instituições.

Marx<sup>4</sup> relata em seus textos sobre a precarização do trabalho, o profissional trabalhando o dobro para receber no final algo a mais no seu salário para sustento da família, os profissionais qualificados como filósofos e psicólogos entre outros que em meio a tantas demandas muitas vezes alienado por uma instituição que lhe dá toda autonomia na sua fala, mas nas atividades diárias do profissional dentro da instituição acaba sendo limitado nas suas intervenções, o mesmo vende sua força de trabalho para com sua autonomia profissional prestar todo seu serviço para o bem dos usuários, da sociedade, realizando os diversos encaminhamentos cabíveis, mas ao mesmo tempo ele está sobre os auspícios da instituição, na qual vendeu sua força de trabalho. Dentro dessas instituições o profissional não manda em si, mas é mandando e deve prestar contas de suas atividades e sendo avaliado em todo momento, essa autonomia acaba levando ao profissional em um ponto que sua autonomia se torna relativa por causa desse terceiro que contrata sua mão de obra. Fatores esses que acontecem não muito diferente em outras áreas profissionais como a saúde, educação, psicologia. Falando na psicologia, a vertente não se difere muito da filosofia e veremos em seguida.

Outra forma de pensar neste conceito pode ser encontrada na psicologia, onde os estudos nos levam a observar um lado não analisado sobre este termo, a sensação de ser autônomo dos seus próprios atos, de fazer suas escolhas enganando a si mesmo. Como a autora Mariza (2015) relata em seu artigo, os sujeitos autônomos pensam e agem da forma que desejam enganados pelo seu próprio eu, pois em muitos casos por esta sensação de liberdade de escolha o autônomo chega a trabalhar mais que um assalariado:

Muitos ouvem essa palavra e pensam logo de cara em trabalho autônomo, aquela pessoa que não tem patrão, que faz seu próprio horário e normas, e conseqüentemente seus ganhos também dependem muito mais dele mesmo, quanto mais esse autônomo trabalhar mais ele vai ganhar. Normalmente os autônomos gostam muito de trabalhar dessa forma, dizem de boca cheia, e com razão, que ninguém manda nelas. Muitas vezes o

---

<sup>4</sup> LOCKE, John. **Pensamientos sobre La educación**. Madrid: Akal, 1986. ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social ou princípios do direito político*. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2000. MARX & ENGELS. **Textos sobre educação e ensino**. 2ª Ed. São Paulo: Moraes, 1992.

autônomo trabalha muito mais do que um assalariado, mas a sensação de felicidade, de realização sempre é muito grande.

Você não precisa ser um profissional autônomo para ter autonomia na sua vida. Não seria possível que todo mundo trabalhasse por conta própria, mas dá para você desenvolver uma autonomia. (ABREU, 2015, p.01)

Uma autonomia relativa, pois querendo ser livre independente das suas escolhas o profissional acaba se enquadrando nos padrões das instituições no contexto capitalista, na precarização do trabalho e na mais valia, trabalhando mais e recebendo menos.

Focando em outras áreas na atualidade a psicologia tem tomado frente nas diversas áreas como a educação, e vem demonstrando o perfil do profissional e suas abordagens e sua autonomia perante as instituições, como podemos ver no texto de Mitsuko (2008);

A Psicologia Escolar, diferentemente, define-se pelo âmbito profissional e refere-se a um campo de ação determinado, isto é, o processo de escolarização, tendo por objeto a escola e as relações que aí se estabelecem; fundamenta sua atuação nos conhecimentos produzidos pela psicologia da educação, por outras sub-áreas da psicologia e por outras áreas de conhecimento. Deve-se, pois, sublinhar que psicologia educacional e psicologia escolar são intrinsecamente relacionadas, mas não são idênticas, nem podem reduzir-se uma à outra, guardando cada qual sua autonomia relativa. A primeira é uma *área de conhecimento* (ou sub-área) e, grosso modo, tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo. A outra constitui-se como *campo de atuação profissional*, realizando intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado, tendo como foco o fenômeno psicológico, fundamentada em saberes produzidos, não só, mas principalmente, pela sub-área da psicologia, a psicologia da educação.

A atuação dos profissionais nos diferentes campos constitui na realização de suas intervenções. Para que essas relações sejam efetuadas com sucesso depende do profissional e da instituição para efetuar um bom andamento dos seus encaminhamentos. As variadas condições de trabalho são fatores predominantes para um bom andamento, a questão salarial, um ambiente propício para os atendimentos e a argumentação com a instituição. Fatores esses, que acontecem não muito diferentes em outras áreas profissionais.

Dentre alguns autores que conceituam autonomia relativa encontramos o artigo de Pinto (2014), nele o autor afirma que “O exercício da docência autonomia na perspectiva Pedagógica” nos leva a uma discussão da autonomia intelectual e institucional no âmbito escolar e nos remete a essa associação da liberdade de expressão no ensino.

Já Gadotti (Apud PINTO, 2014, p.9) afirma que:

A palavra “autonomia” vem do grego e significa capacidade de autodeterminar-se, de auto realizar-se, de “autos” (si mesmo) e “nomos” (lei). Autonomia significa autoconstrução, autogoverno. A escola autônoma seria aquela que se autogoverna. Mas não existe uma autonomia absoluta. Ela sempre será condicionada pelas circunstâncias, portanto a autonomia será sempre relativa e determinada historicamente.

Visando a construção da emancipação dos seus usuários, observando as condicionalidades predominantes que gera no indivíduo essa autonomia sendo sempre relativa, mostrando que dentro da capacidade do profissional ele sempre está sujeito as condicionalidades impostas pelas instituições que compra sua força de trabalho.

Não poderia deixar de salientar sobre a autonomia na educação, que visa o desenvolvimento, o estímulo e a criatividade da criança dentro de um ambiente que não prevaleça o autoritarismo mais sim uma reciprocidade do saber entre aluno e professor. Estimular o saber e a autonomia para que o indivíduo ao final compreenda suas faltas e perceba que deve corrigir sua conduta, sabendo que no futuro ele será um adulto em nossa sociedade mais autônomo, independente nas suas escolhas e como profissional, diante das suas condicionalidades será um adulto que se expressa com mais autoridade em sua fala e mais participativo nos movimentos sociais. Os autores do artigo “Autonomia como objeto na educação” ainda salientam que auxiliando a construção da autonomia das crianças num ambiente sem coesão, a mesma se “desenvolve interagindo com o mundo e coordenando opções entre iguais”.

O educador dentro de suas limitações impostas pela instituição se atenta a buscar relação com os educandos de não autoritarismo, não afastando a criança e sim aproximando para que juntos construam uma autonomia relativa.

No texto Saviani (Apud DIAS, 2007, p.138-139), é feito um resgate de comentários, onde se diz que é necessário

Assegurar a autonomia das escolas e universidades na elaboração do projeto político-pedagógico de acordo com as características e necessidades da comunidade, com financiamento público e gestão democrática, na perspectiva da consolidação do Sistema Nacional de Educação.

Saviani afirma ainda que é necessário “Garantir autonomia político-pedagógica às Instituições de educação básica e superior, assegurando-lhes condições materiais e financeiras adequadas e suficientes”.

O profissional dentro de suas possibilidades usa da criatividade para com seus meios criar atividades que instiguem a mente e crie o desenvolvimento pedagógico dos educandos.

Visar características e necessidades da comunidade – gestão democrática – condições adequadas para garantir que o Estado assegure os direitos fundamentais para o profissional com toda autonomia proporcionada dentro do seu ambiente de trabalho, espaços que desenvolva as potencialidades do indivíduo de criação, dentro da perspectiva um atendimento pedagógico propiciando ao desenvolvimento político - pedagógico de cada usuário. Nos dias atuais o desenvolvimento de uma autonomia é idealizada pelos profissionais, onde suas críticas vão de encontro as condições oferecidas pelo Estado. Para o profissional desenvolver uma autonomia se torna ainda mais dificultoso por se tratar da qualidade no seu espaço de trabalho e nas condicionalidades que ele oferece em questões de demanda, salário, autoritarismo relacionada as instituições de ensino. Um debate que vai além, mais que revela que essa autonomia do profissional é relativa pelas condições que o Estado oferece.

Na saúde o conceito de autonomia como uma co-construção que depende da conjuntura de seus sujeitos, mas que gere uma capacidade compreensão e ação sobre si mesmos e o mundo, para que reflitam suas atitudes. O autor de Co-construção de Autonomia, Campos (2006), nos remete a pensar numa perspectiva de tornar a saúde como estado absoluto de Bem-estar, sob condição inatingível e com uma pequena contribuição de orientar a gestão do trabalho.

Os autores do artigo “A autonomia do paciente no processo terapêutico como valor para a saúde” Soares e Camargo Jr. (2007, p.6), trazem uma discussão sobre a autonomia profissional/usuário dentro da saúde, na perspectiva da busca de uma autonomia relativa.

O primeiro princípio constitutivo de uma concepção complexa da autonomia passa a ser sua característica relativa e relacional, inseparável da dependência. Seria preciso, portanto, superar uma idéia ou um objetivo de se chegar a uma autonomia absoluta. Pensando isto no processo saúde/doença, significa defender não a autodeterminação do paciente pura e simples, mas, ao contrário, o fortalecimento das relações entre pacientes e profissionais da saúde, entre pacientes e seus familiares, porque essas redes de autonomia/dependência passam a ser vistas como fundamentais para o cuidado e para a saúde. O que é preciso superar é a dimensão autoritária ou paternalista dessas relações e caminhar no sentido de possibilitar a expansão da autonomia à medida que (e na medida em que) avança o processo terapêutico.

O pensamento do autor nos faz ver a autonomia relativa por um outro processo dentro da saúde, a ideia de que uma autonomia em rede,

paciente/profissional, paciente/família, família/profissional, pensando assim no fortalecimento dessas relações.

Soares e Camargo Jr (2007, p.6) relatam no texto sobre a autonomia profissional, levando em conta a ideia que o paciente ao procurar auxílio nas suas preocupações, ele acaba deixando um pouco de lado sua autonomia e deixando o profissional da saúde assumir a dele, acontecendo uma troca, não visando ao seu próprio bem mais a do usuário, invertendo os papéis, reconhecendo ambos como sujeitos dessas relações. Neste momento, o profissional coloca-se como instrumento nessa relação, alocando o usuário doente nesta situação de consciente, crítico, com voz ativa do processo pelo qual está passando. Ainda faz um resgate da condição de saúde não como absoluta mais como relativa e racional. Deve ser construída como um processo de produção em rede bastante maleável, mais que deve estar sendo construída de modo continuado, dependendo da prática profissional.

Nos dias atuais ainda há dificuldades de pensar em autonomia no campo da saúde, existe essa dependência do usuário. Essa autonomia está presente em toda vida do ser humano. Um fator que deve ser levado em consideração pelos profissionais é a subjetividade de cada indivíduo, considerando os fatores e relações que cercam esse contexto, o exercício de sua autonomia nas suas escolhas e decisões, que seja reconhecida seus limites neste processo. O profissional dentro desse processo saúde/doença, profissional/indivíduo, possui um papel importantíssimo na construção dessas relações, sua instrumentalidade, seu teórico-metodológico é colocado em evidência, devemos pensar o profissional autônomo diante de um processo institucional exercendo seus encaminhamentos, tratando seus pacientes da forma que lhe é possível diante das estruturas oferecidas pelos empregadores, levando em consideração seu físico e psicológico, o seu quadro financeiro, e as relações de poder, diante destas condicionalidades ser um profissional ético, ético-político, ético-metodológico, considerando que possui pessoas que deixam suas vidas e conflitos em suas mãos.

Falando de outros ares de atuação não podemos esquecer-nos de falar sobre o direito, pois dentro desta perspectiva encontramos outro ângulo sobre a autonomia. No texto de Oliveira (2015) princípios do direito tributário, o autor fala que:

O princípio da legalidade quando dirigido ao particular deve ser entendido dentro da autonomia da vontade, onde está a afirmar que o particular pode

fazer tudo que não for proibido por lei; e sob o prisma da Administração Pública, onde está a estabelecer que esta só pode fazer o que a lei permitir. (OLIVEIRA, 2015, p.1)

O autor ressalta que todos somos autônomos e livres para fazermos tudo o que bem entendemos mais dentro da lei. Gozamos de total autonomia, mas ainda assim uma autonomia relativa que ressalta tudo que está dentro da lei, estabelecendo essa relação de poderes.

Os princípios em sede tributária assumem relevante papel, pois limitam o poder de tributar do Estado, sendo verdadeiros instrumentos colocados à disposição do particular. O poder constituinte originário preocupou-se em consigná-los expressamente no texto constitucional, servindo como baliza de orientação do legislador e como salvaguarda de direitos do contribuinte. (OLIVEIRA, 2015, p.1)

Existe uma hierarquia, uma pessoa responsável que presta as orientações que devem ser realizadas, cada qual com sua função tendo a responsabilidade de responder sobre o setor que lhe é dado o cargo. Dentro desse processo de hierarquia o profissional possui certa autonomia, mas ela é relativa nesse processo onde tudo existe uma prestação de contas, relatórios, e reuniões de avaliações, tirando de certa forma a autonomia dos seus usuários nas diferentes formas na atuação deste profissional dentro do hemisfério do direito.

O conceito de autonomia mesmo sendo amplo é relatado pelos diversos autores e áreas diferenciadas do conhecimento, mas todos visando a autonomia e a emancipação dos direitos dos indivíduos, suas potencialidades para que eles diante dos seus limites e contexto estabeleçam uma relação de “independência”.

Pensando nesta forma de autonomia podemos entrar no universo da autonomia relativa buscando seu conceito e realizando uma análise mais aprofundada dentro das áreas profissionais.

### **1.3 A autonomia relativa no serviço social**

Dentro das reflexões propostas para a autonomia do profissional Assistente Social e por ser um assunto ainda pouco explorado, acerca deste podemos encontrar conceitos de autonomia na produção teórica da profissão, entre eles a

“capacidade de autodeterminação do indivíduo” ter voz para questionar o questionável utilizando sua crítica, para assim defender seu ponto de vista e melhor orientar os usuários no que se diz respeito às demandas existentes. Podemos ver outro conceito de autonomia no texto de Silva (2003, p.1) que diz;

Semanticamente, a palavra autonomia provém do grego *autonomia*: *autos* – significando “por si mesmo”, “por ele mesmo”, “ele mesmo” ou “o mesmo” e *nomos* – significando “lei”, “uso” ou “compartilhamento”. Assim, conforme Muñhoz e Fortes (1998), a autonomia refere-se ao autogoverno, à autodeterminação da pessoa para tomar decisões que afetem sua vida e suas relações sociais.

O autor nos expressa o significado como já visto antes, mas com o sentido de que a pessoa é por ela mesma, como uma autossuficiência, ela suprindo suas próprias necessidades, tomando decisões para sua vida, mas sabendo que essas decisões podem afetar suas relações pessoais e como profissional nas suas demandas.

A palavra e significado de autonomia podem ser vistos também no Código de Ética da Profissão, no artigo de Silva (2003, p.1) pouco abordado, mas pode ser analisada de forma que se perceba a autonomia como capacidade dos indivíduos de se autodeterminar de ser responsável por suas escolhas, como principal fundamento do código de ética dos Assistentes Sociais promulgado pelo CFESS em 1993: “Princípios fundamentais: I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central das demandas políticas a ela inerentes – autonomia emancipadora e plena expansão dos indivíduos sociais”. A autora Silvyta Helena Terra no texto “Código De Ética Comentado” expressa que o profissional na sua prática estabelece uma relação com o usuário e que se deve pautar na conduta e reconhecimento da liberdade e das potencialidades. Diante dessas condicionalidades o profissional deve estabelecer com o usuário um compromisso ético, de respeito, cumplicidade para que dentro de seus limites, promova uma autonomia ao usuário em suas demandas. Mesmo diante de uma condicionalidade imposta pela instituição contratante o profissional deve construir um espaço que garanta a efetivação dos seus direitos.

A questão da autonomia vai ser encontrada, direta ou indiretamente, em várias formulações normativas que permeiam o regramento ético do assistente social, sempre exigindo uma conduta profissional independente que possa contribuir no sentido de afastar a subserviência ou a subalternidade nas relações com o superior hierárquico, na relação com outros profissionais, ou mesmo com poderes constituídos, para

fortalecimento do projeto ético-político do serviço social (TERRA, 2012, p.123).

Dentro das normativas, o profissional mantém uma conduta perante as hierarquias nas relações, reconhecendo a plena emancipação dos indivíduos. Nesse processo é preciso que se entenda como profissional autônomo que ao vender sua força de trabalho este tem o dever ético-político, dentro de suas possibilidades, de assegurar os direitos dos usuários para que tenham através dos meios e instituição, profissional, tenha acesso aos seus direitos. Dentro deste processo se encontrarão enormes desafios para efetivar a participação social no controle das políticas públicas, pois como é visto em todo processo histórico dos profissionais, as lutas pela ampliação dos seus direitos foram incorporadas pelo terceiro setor, tirando toda responsabilidade do Estado nesse processo de construção.

Diante das possibilidades e do desafio proposto para os profissionais na ampliação da esfera pública e no fortalecimento das instâncias democráticas, ressaltam a construção de uma ordem social que garanta os direitos civis, políticos e sociais expressos no processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais na sociedade e na profissão, um debate que os profissionais dentro de suas esferas de conhecimento vêm articulando.

No aprofundamento dos princípios éticos expressos pelo autor do texto “Serviço Social a ética” (CFESS) a ideia da defesa da igualdade, com a ideia de liberdade de ambas as partes acompanhando essas esferas, os princípios fundamentais no teórico prático do profissional vem de encontro ao reconhecimento da liberdade, autonomia tanto dos profissionais quanto dos indivíduos e sua emancipação social, expressando a liberdade como livre arbítrio ou como individualismo. Falando em liberdade o autor ainda traz um conceito sobre o mesmo.

O conceito de liberdade a que faz referência o Código de Ética dos Assistentes Sociais exige a sua própria redefinição, apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos. Para tanto, é preciso garantir as demandas que a ela se vinculam – *autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais*. Sabe-se, contudo, que esse projeto de realização da liberdade é colidente com a dinâmica social capitalista, que em si é limitadora da liberdade, quase sempre reduzida aos seus termos formais e jurídicos (BONETTI, 2001, p. 182).

Resgatando esse entendimento de liberdade do indivíduo, o profissional mesmo diante do contexto histórico do usuário, entendendo que identificando as



suas demandas e criando uma emancipação das suas potencialidades a sua autonomia, sua liberdade se limita quando colide com a dinâmica do capital, pois para o cumprimento das suas necessidades o indivíduo passa por processo pelo qual se limita quando os termos formais colidem com suas necessidades. O profissional dentro das suas próprias necessidades se encontra de mãos atadas no desenvolvimento de um processo que não depende de sua mão de obra, mas sim de outras. A autonomia do profissional nesse momento se torna relativa perante os ditames institucionais.

As circunstâncias determinam o fazer profissional e diante delas renunciamos nossa própria liberdade, por causa da diversidade de circunstâncias, nada se pode fazer quando somos atados pela submissão ao terceiro, uma ilusão pela autonomia desejada ou pela limitação iludida pela liberdade condicionada. Ao pensar que o profissional é comprometido com a construção da liberdade do outro com a emancipação dos seus direitos, entra em choque com a opinião do profissional livre para construir suas ideias, com plena autonomia nas diversidades de demandas, mas na realidade do profissional esse pensamento se limita quando vendemos nossa força de trabalho.

No caso do Brasil, onde a precarização do trabalho, a rigor, não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciavam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais (RAICHELIS, 2011, p.2).

O Assistente Social como um profissional assalariado, livre, tem sua autonomia limitada no momento em que ele vende sua força de trabalho. O debate da profissão passa por essa ideia que o profissional é livre, mas uma liberdade dentro de possibilidades objetivas, vendendo sua força de trabalho torna essa uma autonomia relativa, esse é um debate entre outros, dentro do Serviço Social.

A construção do profissional assalariado tem em sua concepção que o profissional possui uma autonomia relativa, ele é um profissional, um trabalhador assalariado por tanto essa condição de assalariado faz com que ele tenha que vender essa força de trabalho para outras instituições em troca de um salário, isso torna a autonomia do profissional relativa, pois o mesmo é submetido aos ditames

institucionais e aos ditames das relações da própria compra e venda do trabalho. Netto expressa o discurso da precarização de sua mão de obra e sua autonomia.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes - *ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho). (NETTO Apud RAICHELIS, 2011, p. 3)

Mesmo que ele seja um profissional autônomo, previsto na legislação como autônomo, efetivamente ele não se configura como profissional autônomo no mercado de trabalho porque o mesmo não detém os meios necessários para a execução do seu trabalho, só detém a força de trabalho, o profissional precisa das instituições que possuem os recursos institucionais e a própria questão social que é o objeto, que chega pelas instituições. Quer dizer, as demandas do dia-a-dia não aparecem na sua frente mais vem de encontro a essas instituições governamentais e não governamentais. Então nesse sentido ele não tem como se constituir como profissional autônomo, e também não tem autonomia total e restrita para desenvolver seu trabalho. O profissional se encontra dentro de um marco institucionalizado e dentro de relações de compra e venda do trabalho.

Além da venda de sua força de trabalho, o profissional tende a conviver com a insegurança do trabalho pelo qual é proposto, sua atuação nos diferentes espaços sócio institucionais muitas vezes precarizadas tanto no ambiente como na forma de contratação, as inúmeras demandas fazendo assim a pressão pelo aumento da produtividade e resultados imediatos vem como pacote da instituição nessa contextualização. Por essa dimensão, o profissional fica sem perspectiva a médio e longo prazo tendo o profissional que se condicionar ao ambiente precarizado, tornando o mesmo usuário dos próprios serviços que presta, tendo seus próprios direitos violados.

Um trabalhador assalariado, especializado, inscrito na divisão técnica do trabalho nessa problematização da sua compra e venda de trabalho se torna relativo na sua autonomia.

Entretanto o profissional possui sua força de trabalho qualificada para o seu desenvolvimento institucional, suas ações, meios e instrumentos devem ser colocados a disposição do seu contratante seja ele público ou privado, os recursos e os meios serão ou não precarizados, entretanto a restrição da sua autonomia não pode interferir nos seus espaços sócio ocupacionais, na prática, na defesa, na garantia e efetivação dos seus direitos.

## **2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS/NÃO-ESTATAIS/ NÃO-LUCRATIVAS**

Neste segundo capítulo iremos abordar o trabalho do assistente social dentro das instituições não governamentais, trazendo uma contextualização histórica e política da publicização e o terceiro setor. Em seguida um conceito sobre o terceiro setor, instituição, instituto, ONG's entre outras, finalizando falaremos sobre o trabalho da Assistente Social dentro dessas instituições.

### **2.1 O contexto histórico e político da publicização e o Terceiro Setor**

Na atualidade podemos observar nitidamente as relações complexas crescentes no setor privado. As entidades com atuação no terceiro setor atuam em suas particularidades ficando sujeitas as leis do privado, onde podemos ver que o Estado ao firmar sua parceria com as organizações não governamentais delega funções para o Terceiro Setor que neste momento se insere na execução do atendimento aos usuários, trazendo uma abrangência nos atendimentos. A Publicização pode ser entendida como um processo no qual o governo permite que essas instituições não governamentais não lucrativas desenvolvam Serviços Sociais. Pode-se observar que a publicização na análise do direito civil constitucional de Mariana Alves Pessoa (2015) diz:

Com efeito, a tendência agora é o Estado direcionar as condutas dos indivíduos e assim, a liberdade individual está cada vez menor e até mesmos princípios típicos do Direito Privado, como a autonomia da vontade nos contratos, têm sido enfraquecidos.

A autora demonstra um lado em que muitos acreditam que o Estado enfraquece o terceiro setor no que se diz respeito a liberdade e autonomia das instituições privadas sem fins lucrativos. Essa argumentação contra o Estado pode ser vista por alguns autores e que são evidentes em nossa sociedade, mas em contra partida podemos observar a atuação do Estado no que diz respeito a garantia

de espaços que buscam efetivar os direitos dos usuários, dois contrapontos que podem ser observados na história de nossa sociedade.

Como podemos observar historicamente nas relações sociais em nosso país, os movimentos que expressam reconhecimento histórico, as relações estabelecidas, os processos pelos quais as organizações não governamentais foram constituídas e suas formas atuais de desenvolvimento expressando a atual realidade do terceiro setor. Mas para podermos entender as questões que expressam o terceiro setor na contemporaneidade precisamos investigar suas raízes, entender o seu surgimento para podermos entender hoje suas relações.

Do século XVI até o final do século XIX a igreja católica enraizada no que se diz respeito a tradição, havia um forte trabalho direta ou indiretamente nas comunidades, um trabalho filantrópico. É neste momento que entra os trabalhos de caridade e, no final do século XX, observa-se nesse cenário de redefinição do papel do Estado, uma transferência de uma considerável parcela de serviços sociais para a sociedade civil, em um verdadeiro processo de refilantropização da questão social, quer dizer o Estado tirando suas responsabilidades e transferindo a sociedade. Essas novas formas de gestão pública das políticas sociais, torna ainda mais grave o quadro de pobreza e miséria como diria alguns autores como Netto (1993). Esta visão demonstrada por Netto (Apud ALENCAR, 2009, p.3-4) pode ser vista em todo nosso processo histórico do país, onde o capital reduz o Estado precarizando seu papel social.

Ao falar de terceiro setor não podemos levar ao esquecimento o primeiro e segundo setor, que tiveram um papel importante do surgimento das ONG's. O primeiro setor nos remete ao governo, sua administração, os bens públicos correspondendo suas ações ao Estado como ao Municipal, Estadual e/ou Federal, já o Segundo Setor tem suas representações pelo Mercado e Empresas com fins lucrativos, mesmo planejando ações sociais, como a empresa Hering ou outras instituições, o objetivo central visa inteiramente nos lucros. No terceiro setor, espaço situado entre o Estado (público) e o Mercado (privado), estão incluídas entidades de natureza distinta como ONG's, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades de voluntariado como podemos observar no texto de Montañó (2002). O terceiro setor é considerado um setor não governamental, não lucrativo e esfera pública não-estatal, materializado pelo conjunto de organizações da sociedade civil consideradas de interesse público.

"o desenvolvimento do chamado terceiro setor decorre das sensíveis alterações nas modalidades de respostas às sequelas da questão social. Uma alteração no padrão de resposta à questão social, desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autorresponsabilização do cidadão e das comunidades locais para essa função (MONTAÑO, 2002, p.2-3).

O Estado, mercado e a sociedade civil, as políticas sociais assumem papéis em nossa sociedade com caráter mercantil e filantrópico, gera assim processos e visões diferenciadas a questão social. Montañó (2002) ainda afirma que a supervalorização do chamado Terceiro setor, acarreta em uma tendência hegemônica de despolitização da "questão social", um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora diferentes em direito moral, sob os princípios abstratos de "ajuda mútua" e "solidariedade". Uma articulação com o capital fez com que houvesse uma ampla reorganização na esfera de produção das relações sociais, re-estruturação na economia e na produção, se redefine os mecanismos sociopolíticos e institucionais que se fazem necessário para a reprodução das relações sociais.

Na década de 1970, são estabelecidos outros mecanismos sociopolíticos e institucionais na relação entre capital, trabalho e Estado. Uma nova configuração se estabelecia nos sistemas do Estado, um sistema de seguridade social intervindo apenas em face ao pauperismo. Os teóricos neoliberais no âmbito do bem-estar social, situar como prerrogativa, o que é considerado como suas fontes naturais: a comunidade, a família e os serviços privados.

Na década de 1980, nos países centrais do capitalismo, e desde 1990 no Brasil, de acordo com Netto (Apud ALENCAR, 2009, p.5), observa-se um redimensionamento considerável do Estado, posto a diminuição da sua ação reguladora ou no encolhimento de suas funções legitimadoras, o grande capital rompe o pacto que suportava o welfare state, de forma a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho e das condições gerais da reprodução capitalista. Neste período histórico podemos observar diversas formas de manifestações sociais, na luta por direitos, principalmente na luta contra o autoritarismo do regime militar. Essas mobilizações se fortificaram na Constituição de 1988, quando a sociedade uni-se para conquista de aumentos dos direitos e promoção das políticas sociais, onde por sua vez a constituição demonstra avanços. Hoje, com as mudanças e todo processo capitalista não se pode fugir e nem evitar

as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, a economia e mercado com as privatizações tendem em um movimento único se enquadrarem e regulamentam suas operações. Do passado até mesmo o contrato social foi substituído pela mundialização, o que prevalece são políticas restritivas ao crescimento econômico, voltadas para o controle inflacionário, o equilíbrio fiscal e a estabilidade financeira. Podemos observar historicamente e na fala de alguns autores a culpabilização e as críticas ao Estado.

Nos últimos tempos observamos um forte crescimento no terceiro setor principalmente as ONG'S (organizações Não Governamentais), podendo observar que nos anos 1990 a visão do segundo setor muda em algumas de suas atitudes como "encabeçar e dirigir recursos para programas e projetos sociais, especialmente, através de suas fundações e institutos, sendo assim mais uma opção de recursos para a área do Terceiro Setor" (DELGADO, 2007, p.1). Quer dizer obter mais lucros baseado nos projetos sociais. Hoje algumas marcas famosas em nossa sociedade capitalista, usam de seus renomados nomes para promoção de projetos sociais, assim "ajudam" a sociedade em suas causas e principalmente como intenção promoverem suas marcas e aumentam suas vendas, temos como exemplo a empresa Hering, que trabalha a questão do câncer de mama nas suas roupas.

Diferentes terminologias aparecem na literatura para designar a estratégia através da qual as empresas inserem-se na sociedade desenvolvendo ações de caráter social, como "cidadania empresarial", "filantropia empresarial", "empresa cidadã", "ética empresarial", entre outros. Para fins desta pesquisa, dota-se o termo Responsabilidade Social, por considerar sua ampla aceitação no ambiente empresarial, sendo o mais difundido e utilizado. Igualmente, podem ser encontradas diferentes conceituações acerca do que é e do que representa a Responsabilidade Social das empresas. (PFEIFER, 2006, p. 4)

Mas em contrapartida o crescimento do terceiro setor nos anos 1990 trouxe novas leis referentes às necessidades da sociedade, devido sua expansão.

Segundo Pfeifer (2005) nas décadas de 1970 à 1990 abriu-se novos espaços de mobilização, mas houve uma contribuição para o aumento do Terceiro Setor.

O desenvolvimento de projetos e de programas de cunho social no "Welfare Mix" vem exaltar o fortalecimento das parcerias intersetoriais. Os discursos que incentivam as "parcerias", a descrevem como uma forma de investir no social onde há a integração de recursos e esforços entre dois ou mais atores: governo, empresas privadas, comunidade e entidades da sociedade civil (PFEIFER, 2005, p. 155).

Além de aumentar os laços, essa adesão dos projetos move as comunidades como voluntários no combate a pobreza e a desigualdade. Neste sentido as instituições privadas assumem mais tarde um papel, com temática de responsabilização social, onde Pfeifer (2005, p.43) representa que essa temática se insere nas empresas com o cunho social

Na temática da responsabilidade social empresarial, as empresas estão sendo chamadas a atuarem junto às comunidades, entidades do Terceiro Setor, realizando ações com seus trabalhadores e projetos de prevenção e despoluição do meio ambiente. O Guia da Boa Cidadania Corporativa (EXAME, 2002) mostra que os projetos sociais desenvolvidos pelas empresas atuam nas mais diferentes áreas, como voluntariado, comunidade, educação, saúde, meio ambiente, cultura, apoio à criança e ao adolescente, apoio a terceira idade e aos portadores de necessidades sociais. Nestes termos, um exemplo das atividades das empresas "socialmente responsáveis" é a promoção de treinamento e capacitação dos trabalhadores, programas de educação e formação profissional, [...].

A autora ainda aborda que há uma preocupação com esse discurso, pois a lógica da solidariedade das parceiras do setor privado afastam os projetos sociais da lógica de cidadania.

Ao falar sobre expansão lembramos da produção e reprodução da sociedade capitalista e suas várias expressões da questão social, no qual vemos relacionada as classes sociais, as desigualdades e contradições em todo processo de construção. A Questão Social tendo como seu principal conceito as expressões de desigualdade na sociedade, pode ter melhor definição do seu conceito no artigo de Pfeifer e Adams (2012) onde traz um debate a cerca da Questão Social em diferentes conjunturas sócio-históricas, não significando que elas são diferentes e resolvidas, mas que podem ser explicadas de modos diferentes conforme sua conjuntura.

as expressões da Questão Social referem-se ao conjunto diversificado de formas em que a exclusão e as desigualdades sociais se manifestam na vida dos sujeitos, sejam em situações de falta de acesso ou falta de condições indignas de moradia, de alimentação, de educação, de saúde, de trabalho, situações de violência, entre outros, todas vividas cotidianamente pelos indivíduos, famílias e comunidades. Logo, são expressões das desigualdades econômicas, políticas, culturais e sociais construídas no bojo da estrutura capitalista e que se aprofundam ou se transformam ao longo da história (PFEIFER, ADAMS, 2012, p. 314).

O capitalismo como apropriação privada dos meios produtivos, o trabalhador com seus meios materiais para a reprodução de suas vidas. O capital coloca o trabalhador livre, possuidor unicamente de sua força de trabalho, sendo vendida ao capitalismo para sua sobrevivência, podemos ver ainda no texto de lamamoto, que



esse trabalhador ao vender sua força de trabalho para receber um salário como uma troca, neste processo do trabalhador é alienada a mais valia.

A forma específica de valor – a forma mercadoria e seu fetiche – entranham tanto nas relações de circulação, quanto aqueles que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de mistificação e reificação, submetendo as relações entre os homens à relações entre coisas (PFEIFER, 2005, p.145).

O trabalhador sob o controle do capitalismo, o produto é propriedade do capitalista e não do trabalhador, quer dizer que mesmo sendo dono da força de trabalho, a mesma não lhe pertence devido a venda dessa força a terceiros, o trabalhador se submetendo aos donos detentores dos instrumentos de trabalho e o trabalhador dentro dessas relações sendo possuidor apenas da sua mão de obra. As instituições detetores dos meios de trabalho e os profissionais como detetores da mão de obra vem de encontro a produção dessas relações, o homem se tornando uma mera mercadoria.

Mediante ao Estado ser minimizado e ser retirado de suas demandas reprimidas, possibilitou a entrada do terceiro setor nas questões sociais.

A forma social que possibilitou esta dinâmica impõe um papel de destaque para a atuação do Estado, que, ampliando seu leque de intervenção, passa a intervir no processo de reprodução da força de trabalho e a construir as bases para o desenvolvimento do padrão tecnológico e de produção industrial de massas vigente. O Estado assume, também, de administrador da força de trabalho, onde através de uma rede de serviços sociais busca reduzir as desigualdades e o desemprego, configurando-se com Estado de Bem-Estar Social (PFEIFER, 2005, p. 150).

Quer dizer assumindo esse papel de administrador nesse processo de reprodução do trabalho, aumenta seus atendimentos fazendo com que as instituições do Terceiro Setor auxiliem o Estado nas suas demandas emergenciais. Houve um aumento nas políticas públicas articuladas agora também por instituições não governamentais.

Contudo em um contexto onde as lutas diárias dentro de espaços algumas vezes contraditório vem de encontro as ações de reprodução de um compromisso solidário, onde as causas das lutas e reivindicações são justamente para o melhor atender as demandas existentes na sociedade onde vivemos. Não podendo esquecer que mesmo existindo essas relações de força de trabalho, mais valia, as instituições são portadoras das áreas de atuação dos profissionais e esses espaços devem ser idôneos, repensado ao bem dos usuários. Sabemos que existe dentre

tantas instituições contextualizadas com esses problemas, mas existem as que de certa forma valorizam os profissionais, e que possibilitam um atendimento qualificado dentro dos seus limites, é fornecido aos profissionais uma relativa autonomia, mas que são poucas dentro dos milhares existentes nos dias atuais. O terceiro setor cresceu nos últimos tempos e as demandas juntamente neste processo.

## **2.2 Conceito: o que é o terceiro setor e o que é “instituto”**

No início do século, gerência significa modo de organizar o trabalho e administrar a produção, bem colocado por Barbosa (1999) em seu texto, ainda fomenta que as instituições possuem seus próprios métodos para produção e gerenciamento. Cada qual com seu planejamento, financiamento, avaliação dos seus modos de produção. Outra característica que podemos observar das instituições são os planejamentos utilizados como um objeto de atuação visando desenvolver suas ações. Nas estruturas administrativas dessas organizações podemos observar as suas relações de trabalho bem como o processo como ela se realiza, a política organizacional e de recursos humanos. Visando este processo vamos conceituar, instituto, instituição, entre outros.

Do exposto, há algo em comum entre o Terceiro Setor e o Estado: ambos devem cumprir uma função eminentemente coletiva. Agrupam-se uma grande variedade de instituições no Terceiro Setor: Organizações Não Governamentais, Fundações e Institutos Empresariais, Associações Comunitárias, Entidades Assistenciais e Filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos. (DELGADO, 2007, p.1)

Podemos começar a conceituar o terceiro setor já bem falado neste trabalho, mas sua conceituação é variada por alguns autores, mas com o mesmo sentido. Sua formação inclui todas as entidades na citação acima e suas ações são realizadas por pessoas físicas ou jurídicas. O terceiro setor é chamado assim, pois o Estado é chamado de primeiro setor e as organizações de mercado são o segundo setor, assim entre Estado e mercado existem as instituições sem fins lucrativos denominadas de terceiro setor, onde suas ações sociais variadas de interesse comum de todos e público. O objetivo é colaborar com o Estado e sociedade naquilo

que ela é impossibilitado de fazer. As ações realizadas pelo Terceiro Setor podem ser compreendidas e realizadas tanto pelas pessoas físicas quanto por jurídicas, essas ações tem como coadjuvante o Estado como executor das atividades sociais, como podemos observar no texto de Menta (2015).

Para tanto, faz-se necessário construir um novo arcabouço legal que reconheça o caráter público de um conjunto, imenso e ainda informal, de organizações da Sociedade Civil; e, ao mesmo tempo, facilite a colaboração entre essas organizações e o Estado. Trata-se de construir um novo marco institucional que possibilite a progressiva mudança do desenho das políticas públicas governamentais, de sorte a transformá-las em políticas públicas de parceria entre Estado e Sociedade Civil em todos os níveis, com a incorporação das organizações de cidadãos na sua elaboração, na sua execução, no seu monitoramento, na sua avaliação e na sua fiscalização. Apesar da não-submissão do particular ao princípio da legalidade da mesma forma como ocorre com a Administração Pública; a Lei nº. 9.979/1999 visa, no geral, a estimular o crescimento do Terceiro Setor, fortalecendo a sociedade, mas intensifica o teor de subordinação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) à lei. (MENTA, 2015, p.1)

Conforme Menta (2015) esses avanços nas políticas públicas vem de encontro a um novo marco institucional, mas podemos perceber que esse “novo” surge a partir do momento que a sociedade tem uma crescente em sua população e nas desigualdades existentes, havendo assim uma articulação e colaboração entre o Estado e instituições. Estimular o crescimento do Terceiro Setor, fortalecendo a sociedade, mas não deixando que essa execução não passe por um monitoramento e avaliação realizados pelo próprio Estado.

Todos esses conceitos podem ser encontrados no artigo da OAB (2014) e no artigo de Delgado (2007).

E TERCEIRO SETOR é aquele que congrega as organizações que, embora prestem serviços públicos, produzam e comercializem bens e serviços, não são estatais, nem visam lucro financeiro com os empreendimentos efetivados, estando incluídas aqui, portanto, as associações, sociedades sem fins lucrativos e fundações. Apesar do sentido ser o mesmo para os termos Terceiro Setor ou ONGs, a última denominação tem sido mais vinculada às organizações que tenham suas finalidades direcionadas a questões que atingem mais genericamente à coletividade (meio ambiente, doenças infecto-contagiosas, etc.). (RESENDE, 2015, p.1)

O terceiro setor compreende um conjunto de instituições tais como: Organizações Não Governamentais (ONG's), institutos, fundações, organização social (OS), OSCIPs, associações, cooperativas, entre outros que são juridicamente constituídas sob formas previstas no Código Civil Brasileiro/2002, como conta no artigo da OAB (2014). A sigla ONG “expressa” as organizações privadas que atuam

no terceiro setor. Para que essas entidades sejam reconhecidas precisam receber uma declaração de sua utilidade pública na esfera Federal, Estadual ou Municipal, preenchidas nos artigos em Lei nº 9.790/99.

O que é uma Associação? Segundo o artigo OAB (2014) no Código Civil Brasileiro associações é a união de pessoas que se organizam na força de uma pessoa jurídica, devido a existência de objetos comuns e com fins não econômicos ou lucrativos. A finalidade da associação diz respeito ao seu objeto, como por exemplo, amparo a pessoas carentes, que deve constar no estatuto da associação. O estatuto dá o norte das atividades e no mesmo consta se é privada sem fins lucrativos ou não.

Segundo OAB (2014), as Fundações são conhecidas como uma pessoa jurídica que tem origem diferenciada das demais formas de organização, surge da vontade de uma pessoa física ou jurídica que destina parte dos seus bens, móveis ou imóveis, para assim realizar determinados objetivos e atividades com finalidade não econômica, vinculado a um fim específico. A pessoa que destina seus bens é chamada de instituidor, sua doação é realizada para um objeto específico. Temos como exemplo de fundações; Fundação Xuxa Meneguel, Fundação Roberto Marinho.

Segundo Menegasso (Apud Katálysis 2002) Instituição é aquilo que está estabelecido ou constituído em sociedade, mas a instituição tem sido por vezes entendida por um conjunto de normas que regulam a ação social.

é coisa estabelecida ou fundada. Por uma parte designada como um conjunto de normas, regras e conduta de comportamento, aceitas por uma dada sociedade ou parte dela, que tem por finalidade a satisfação de alguma necessidade básica do grupo. (ANDER-EGG Apud MENEGASSO, 2002, p 110-111)

Essas instituições possuem um significado que deve ser ressaltado, buscam o compartilhamento de suas crenças, visões e culturas em sua essência trabalha as questões políticas, sociais ou econômicas e é um espaço de atuação do profissional Assistente Social, onde trabalha as expressões da questão social.

Instituto pode ser identificado como pessoa jurídica, mas o termo pode ser o termo instituto, quando empregado nesse sentido, significa, também uma entidade, entretanto, pode ser aqui tanto governamental quanto privada, tanto lucrativa, quanto não lucrativa como podemos encontrar no artigo de Resende (2015), o autor ainda ressalta que essas pessoas podem ser identificadas como civis sem fins

lucrativos. Tecnicamente correto, podemos dizer as entidades do Terceiro Setor ou as ONGs são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos (sociedades civis, associações e fundações) e que todas elas podem ser denominadas institutos ou serem consideradas como tal. Temos como exemplo Instituto Guga Kuerten, pessoa civil, tenista famoso. Outro exemplo:

Fundada por Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1957, a Rede Brasil Sul (RBS) [...] uma organização multimídia. Opera na região sul do Brasil focada nos segmentos de rádio, televisão, jornal, revista, internet e serviços de informação. Sua missão é “facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo” (RBS, 2003b, p.32). Desde 1987, é mantenedora da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMS), organização sem fins lucrativos voltada para a implementação de ações de cunho social. (PFEIFER, 2006. p. 99)

Como podemos perceber na fala da autora tem um elemento importante a ser discutido, que se refere aos mantenedores, patrocinadores desses espaços de ações de cunho social. Esses parceiros que apoiam os institutos e levam suas logomarcas nas atividades realizadas, podemos dizer que essas empresas colaboram para o Bem Estar dos usuários envolvidos nos projetos realizados por essas instituições. Essas entidades cadastradas por pessoas famosas aproveitam de seus renomes para utilizarem de seus contatos e captar colaboradores para sua instituição pessoa jurídica, não para obter lucros e sim para sustentar seus projetos sociais.

Visualiza-se, ainda, como um modo de fortalecer o terceiro setor o fomento financeiro aos seus projetos, com efetividade posta através de uma modalidade particular de atuação em Responsabilidade Social,

[...] evidenciada no Grupo Santander Banespa. A corporação apresenta muito mais ações em parceria com entidades do terceiro setor e, em alguns casos, com órgãos do poder público, do que programas e projetos sociais próprios, operacionalizados em suas estruturas administrativas. O Grupo Santander Banespa funciona como financiador de projetos sociais, ou seja, repassa fundos às instituições autoras para a efetivação das ações. (PFEIFER, 2006. p. 131)

Dentro deste discurso podemos entender a importância da atuação da pessoa jurídica nessas ações de cunho social, suas ações repercutem na efetivação de ações sociais e traz a nossa discussão elementos importantes para identificar ações diferenciadas no terceiro setor.

### 2.3 O trabalho das assistentes sociais nas instituições do terceiro setor

O debate relacionado a intervenção do profissional Assistente Social vem se tornando importante nos últimos tempos, sendo ampliado tanto no meio dos profissionais da área quando no meio acadêmico, como na formação da América Latina, levando em conta suas dimensões, e seus desafios. Contudo podemos observar na historicidade do serviço social que esse debate profissional vai muito além do que imaginamos.

O Serviço Social surge na década de 1930 com ligação na igreja católica, com olhar tradicional e assistencialista. Com as manifestações trabalhistas e as reivindicações sociais por melhores condições de trabalho, devido a exploração da força de trabalho, o profissional foi chamado para intervir nessas relações, pois as classes dominantes e o Estado queriam manter a “harmonia na sociedade”.

Entre 1930 e 1937 o país viveu um período de grandes agitações políticas, devido à amplitude e a organização de movimentos políticos. Relativo à mobilização, essa atingiu vários estados da federação, inclusive a capital da República, além de envolver vários grupos sociais como: operários, classe média, militares, oligarquias e industriais. Quanto à organização, cresce o número de sindicatos, associações e surgem diversos partidos políticos. (FREIRE e CANDITO, 2013, p.353)

Conforme a passagem do tempo, o profissional aumenta seu espaço de atuação mais continua a visão tradicional, pois nas décadas de 1940-50 com o processo de expansão do modo de produção capitalista, com as crises o Assistente Social é chamado mais uma vez para responder essas demandas da sociedade. Segundo Freire e Candito (2013), as ações dos profissionais eram realizadas em grupo e comunidade. Em busca de sua própria ideologia e metodologia o profissional vivenciou vários conflitos. Com a inserção do profissional na sociedade capitalista e suas demandas da classe trabalhadora, os profissionais devido a essa aproximação e suas intervenções juntamente as classes trabalhadora o profissional passa a analisar criticamente suas intervenções, repensando o seu papel, sua metodologia, uma ideologia de transformação social.

Segundo Iamamoto (2009), o Serviço Social tem ainda um grande desafio a superar: as práticas conservadoras que imprimiram identidade assistencialista à profissão por muitas décadas. Hoje, mesmo após o movimento de reconceituação, ocorrido a partir da década de 1960 cujo resultado foi o rompimento da profissão

com as práticas tradicionais conservadoras e o comprometimento de defesa a classe trabalhadora, ampliando assim, seu leque de atuação e intervindo em espaços institucionais e no campo político, sobretudo nas políticas públicas, ainda permeia o conservadorismo em atitudes, atendimentos no campo profissional do Serviço Social. Essa discussão sobre as práticas tradicionais é importante e sua ruptura com as práticas rotineiras, deve ser apresentada e refletida criticamente com embasamento teórico, pois sem a devida reflexão muitas vezes acaba se tornando sem fundamento, tendendo a reeditar formas já ultrapassadas de intervenção profissional do Serviço Social.

Os anos 60, ao longo dos quais se processou um agravamento do quadro político nacional, encontravam o Serviço Social recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e prevenção de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar (MARTINELLI, 2005, p. 142).

Conforme podemos observar em Martinelli (Apud FREIRE, 2013, p. 357) o serviço social na década de 1960 encontrou dificuldades na efetivação dos seus trabalhos, na efetivação dos direitos dos usuários, isso aconteceu devido a um governo coercivo, contextualizado na ditadura militar. Com essa forma de organização o governo causou um retrocesso na profissão e em toda sociedade. Neste contexto começa a proposta para o projeto de ruptura no serviço social, que tinha como proposta reorganizar a ação do profissional. Essa ruptura foi marcada basicamente por uma mudança teórica e prática na profissão.

A partir da década de 1990, conforme Santos (2012, p.126), no marco da redefinição do papel do Estado e suas relações com a sociedade, delineou novos contornos para o mercado de trabalho do Assistente Social, com novas atribuições, funções, bem como requisitos e habilidades, sob novas condições e relações de trabalho com incidência sobre a autonomia profissional. Surgindo assim novas formas de enfrentamento das expressões da questão social, que marca por parte da sociedade e Estado. Implicou sensíveis alterações na divisão social e técnica do trabalho, atingindo o Serviço Social mediante a constituição de novas requisições para o trabalho do Assistente social. A partir de então com os avanços no mundo do trabalho, expansão do trabalho assalariado, se teve uma crescente especialização, assume diversas funções, novas produções de conhecimento de trabalho dos profissionais, entre outros.

Analisando os primeiros passos do serviço social em nossa sociedade, pode-se observar que a primeira instituição que o Assistente Social se vincula é a igreja Católica, no qual podemos perceber nos relatos acima no contexto histórico apresentado que o profissional obtinha toda sua autonomia apagada pela instituição contratante, sem possuir nenhum tipo de opinião, realizando os mandos e desmandos, com um olhar totalmente assistencialista. Seguindo do Estado que tinha o profissional como representante da moral e dos bons costumes que visa a profissão para limpeza da sociedade. Ao decorrer da história o profissional vem apresentando quadros de evolução profissional no que se diz respeito a seus direitos como profissionais “autônomos”, na defesa e garantia da efetivação dos direitos dos cidadãos.

As contradições da profissão referente ao capitalismo, refuncionalizou o Estado.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, forneçam meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO, 2005 p. 63).

Algumas instituições tem como característica o atendimento frio e rápido, metas a cumprir: atender rápido e maior número. As relações institucionais e as autarquias existentes entre patrões e empregados tem sido problema em algumas das instituições. Na Esfera estatal as dificuldades registradas são os recursos e a burocracia na espera para realizar os encaminhamentos, é sempre necessário estar pensando e formulando suas ações, sendo assim o espaço de atuação precarizado como no setor privado e um grande desafio abordado e tornar as demandas coletivas em muitas das instituições. Dentro das instituições o espaço sócio ocupacional é permeado por relações de contradição e conflitos, fato esse que desencadeia da falta de financiamento pra políticas públicas, precarização nos ambientes de trabalho. Já com relação as ONGs, uma característica marcante, muitas vezes o profissional de serviço social identifica uma grande possibilidade de autonomia, pelo fato de que as relações estabelecidas nestas organizações, ou seja, relações consideradas mais “horizontalizadas e democráticas”, gerando assim o mito da participação igualitária entre os sujeitos da instituição. Muitas vezes no mundo



das ONGs, a militância por vezes se confunde com a profissionalização. Já as empresas privadas, ainda permeia a visão pelos donos das empresas que o serviço social também deve participar (mesmo que indiretamente) da produção do valor e mais-valia. Esta vem a ser uma das grandes contradições sociais postas pela relação capital-trabalho aos assistentes sociais que atuam neste campo.

Sendo assim, todos os espaços sócio ocupacionais do Serviço Social são campos de grande contradições e luta de classes. Esses espaços geram a necessidade ao profissional de Serviço Social de construir subsídios para uma atuação pautada nos valores e princípios do Código de Ética profissional. Nesse contexto, torna-se necessário ao assistente social, além das exigências postas pela formação, contribuir para o gerenciamento e desenvolvimento institucional de maneira tal a propiciar subsídios para a construção de uma nova lógica técnica e ideopolítica, processo no qual a busca de saber vem a se constituir como um compromisso ético e profissional.

Dentro da esfera pública com fins lucrativos, os profissionais possuem uma autonomia relativa. A autonomia profissional se tem independente dos espaços sócio ocupacionais, mas é muito difícil que essa autonomia seja efetivada dentro das instituições 100%. O profissional não tem a autonomia de parar e criar novos projetos e pensar novas propostas, pois as instituições já chegam com as demandas estabelecidas, demandas, metas, que diminuem o tempo e a autonomia de novas criações. O teórico-metodológico, técnico-operativo que o profissional se apropria não pode ser tirado do profissional.

Na contemporaneidade a profissão está fragmentada, fraca, com seus movimentos e ideais. Sempre é muito difícil de implementar os direitos dos assistentes sociais como a luta pelas 30 horas, conquistada pelos profissionais durante suas lutas.

Para Menegasso (2002) o serviço social na sua trajetória vem enfrentando permanentemente os desafios de lidar com as questões sociais relativas a exclusão social. Quer dizer que mesmo enfrentando todos os desafios impostos em seu contexto histórico, o mesmo não acabaria quando sua inserção nas instituições de terceiro setor se concretizassem, pois neste sentido que o trabalho do profissional aumentaria na busca diária de novas dinâmicas e ações a serem realizadas para essa nova demanda, aumentando sua produção de conhecimento. Independente de novas configurações na sociedade o profissional deve buscar sua renovação para

que a partir de um projeto ético ele possa estar preparado para essas novas configurações sociais.

Entender as instituições, por conseguinte é entender o processo histórico que as produziu. [...] as instituições surgem sempre a partir de determinadas demandas [...]. É por isto que esse caráter formal e de neutralidade precisa ser penetrado para que as reais determinações das instituições sejam conhecidas. (SOUZA A Apud MENEGASSO, 2002, p. 113).

Pode-se observar que a autora vivenciava este processo na sua conjuntura e mesmo assim podemos perceber esses processos no século XXI, todo processo de contradição, demandas e conflitos de interesse com a elite.

Hoje se pode perceber um forte direcionamento das funções socioinstitucionais do Serviço Social, mas para a execução de políticas públicas sociais, mas para uma base organizacional situada na função gerencial, seja das próprias políticas sociais, seja de seus serviços ou ainda de pessoas no interior das organizações públicas, privadas e não-governamentais. (SARMENTO Apud MENEGASSO, 2002, p. 113)

Entretanto pode ser analisado que as contradições nos espaços institucionais de terceiro setor, público ou privado vem de encontro as demandas já postas desde seu surgimento e segue pelos dias atuais, o profissional diante desses fatos deve buscar sua teoria e prática no que diz respeito a melhorar as demandas existentes mas com o compromisso ético, visando sempre melhorar dentro das possibilidades dos espaços socioassistenciais.

É perceptível dentro dos espaços de atuação do profissional em instituições de terceiro setor suas ações, sua força de trabalho muitas vezes precarizadas pelos desmandes do contratante, o profissional como trabalhador assalariado está sujeito as alienações em seu contexto, está impregnado, *sua emoções, capacidades, ritmos do corpo, pensamentos e valores* como Iamamoto (2009) coloca muito bem em seu texto:

*Sob a órbita do capital*, o trabalho é, para o trabalhador, gasto vital – desgaste do tempo de vida e de energia, vividos como sofrimento e rebeldia – embora, como criador de valor, seja um produto do capital. Ora, sob os seus domínios, todos os componentes envolvidos na realização de qualquer trabalho – instrumentos de trabalho, matérias primas e auxiliares e a própria atividade – são sua propriedade e formas de sua existência no processo produtivo. Os elementos desse processo são acionados sob sua direção e controle, tornando-se um modo do capital produtivo manifestar-se. Logo, o produto do trabalho coletivo também lhe pertence, verificando-se a inversão entre sujeito e objeto: o trabalho vivo dos sujeitos passa, alienadamente, a submeter-se ao trabalho passado, materializado na forma de mercadoria ou na forma de dinheiro, assumida pelo capital. (IAMAMOTO, 2009. p. 34)

Todas as coisas contribuem no processo de produção e reprodução das relações sociais, e o profissional nas suas particularidades e condicionalidades das

relações sociais reconhecem suas características, desenvolvendo seu trabalho de forma que não afete os usuários, mas que não perca sua individualidade e sua subjetividade diante desse processo de relações.

### 3. ANÁLISE DA AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN

Neste último capítulo foi realizado um debate acerca da Autonomia Profissional especificamente no Instituto Guga Kuerten (IGK), mas antes realizamos uma breve apresentação do contexto histórico do IGK. Na sequência uma breve contextualização sobre o Serviço Social na instituição em questão, finalizando com a pesquisa onde foi realizado por meio de entrevista aberta e análise da mesma.

#### 3.1 O Instituto Guga Kuerten

O Instituto Guga Kuerten (IGK) foi criado no dia 17 de agosto de 2000 com o objetivo de institucionalizar ações sociais que a Família Kuerten já vinha vivenciando e desenvolvendo ao longo de sua história. *“Durante seu caminho foram agregando experiências, como fonte de inspiração, a trajetória pessoal e profissional do atleta Gustavo Kuerten, que foi a cada dia sendo ajustada e aprimorada dentro da realidade de Florianópolis”.* (Manual do estagiário, 2014, p.1)

A instituição tem como missão oferecer oportunidades de transformação social. O Programa de esportes tem como objetivo de garantir às crianças, adolescentes, suas famílias e comunidade o direito a uma vida mais plena e mais rica em oportunidades de desenvolvimento de seus potenciais. Dentro de suas metas pode-se destacar: alcançar resultados positivos por meio de um processo educativo que utiliza o esporte como uma ferramenta para o desenvolvimento humano, aliado às demais disciplinas com as quais trabalhamos no Instituto como: Artes, cultura, esporte, entre outros. (*igk.org.br*).

O “Programa Campeões da Vida”, surgiu como uma forma de organizar e ampliar o envolvimento da família de Guga em ações sociais. Seus objetivos são exclusivamente educacionais, esportivos e sociais, de caráter filantrópico como se encontra no (*igk.org.br*).

Por ser tratar de uma ação desenvolvida no terceiro setor, torna-se necessário um aprofundamento da área em questão, bem como, outras categorias teóricas que deverão ser aprofundadas, como a avaliação de Programas e projetos sociais.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem que:

Art. 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação **dos direitos referentes** à vida, à saúde, à alimentação, **à educação, ao esporte, ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Neste sentido, os direitos a criança e do adolescente devem ser assegurados conforme consta no Art. 4, sendo atendidos pela instituição, já que o Estado não consegue suprir os seguimentos e serviços que contemplem todas as demandas da população. É importante ressaltar que os direitos vão além dos direitos básicos como vimos no Art. 4, mas vamos ressaltar neste parágrafo a convivência familiar e comunitária que se inclui no Art. 227 da Constituição Federal, que dentro desse discurso o Instituto Guga Kuerten faz uma tentativa de garantir o direito a convivência familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes.

O Programa Campeões da Vida acompanha essas crianças realizando trabalhos específicos, de alguma forma trabalhando as expressões da Questão Social que mais afetam as crianças de modo geral. A metodologia de trabalho do IGK pode ser observada no manual do estagiário (2014), nas reuniões de planejamento é feito no primeiro momento uma avaliação da quinzena, onde todas as atividades realizadas nesse período são avaliadas de melhor forma que poderão ser melhoradas para próximas vezes, sem seguida tem o momento do Serviço Social onde levantamos questões pertinentes ao fazer profissional, seguindo do momento da psicologia, finalizando com o planejamento da próxima quinzena e socialização desse planejamento. (Manual do estagiário, 2014, p.39-40)

O IGK acredita que a educação é a via para a aquisição e ampliação de conhecimentos criação de oportunidades de desenvolvimento que atinja na construção de um “ser campeão na vida” e na sua relação com o outro. A educação permite que crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolvam suas potencialidades e capacidades, entre elas a de construir a própria história. (Manual do estagiário, 2014, p.1)

Podemos encontrar no Manual (2014) do estagiário que é importante, sobretudo, pensar na educação como possibilidade de gerar uma maior igualdade social e mudar o círculo vicioso em que vivemos, no qual as exclusões sociais são encaradas como normais e, portanto, banalizadas. É preciso repensar a existência humana e nos prepararmos para enfrentar os novos desafios políticos, sociais e econômicos da sociedade contemporânea, sem esquecer a essência do ser, seus direitos, valores e princípios.

No Manual (2014), entendemos que para valorizar o importante papel da educação no desenvolvimento integral do ser humano, é oportuno

pensar nela além de um processo automático de aprendizagem. No IGK, ao construir uma prática pedagógica baseada nos pilares da educação em busca da formação integral da criança, e implantar a visão do esporte para além da atividade física ao privilegiar sua função educativa, o que significa incluir como conteúdos de aprendizagem elementos culturais, sociais, comunitários e afetivos. Além disso o Manual (2014) ainda comenta que além disso, a definição de competências a serem desenvolvidas em cada pilar ( Aprender a Ser; Aprender a Fazer; Aprender a Conviver; Aprender a Conhecer )permite aos profissionais chamados de educadores, planejar as atividades diárias, sabendo de antes o que querem atingir em cada ação e o quê avaliar. (Manual do estagiário, 2014, p.5)

Assim, o educador passa a ter maior clareza sobre as potencialidades educativas de cada atividade e da contribuição que efetivamente pode trazer para o desenvolvimento de seus educandos. Com esse conhecimento à sua disposição, pode perceber melhor a efetividade de seu trabalho e a sua influência para terem ótimos resultados. Como consequência, poderá descrever detalhadamente o caminho percorrido e localizar os fatores que propiciaram seu sucesso como educador - criador de oportunidades de desenvolvimento para seus educandos. (Manual, 2014)

O IGK nesses anos implementa Programas de grande valia para a comunidade em que atende a todo o Estado. Entre tanto projetos encontramos:

FAPS - Fundo de Apoio a Projetos Sociais: O FAPS – fundo de apoio a Projetos Sociais – busca apoiar financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina., que desenvolvam ações voltadas para integração da pessoa com deficiência; Programa de Ações Especiais – O IGK, através da entrada de recursos extras provenientes de novos parceiros, pretende apoiar financeiro e tecnicamente projetos que desenvolvam ações que compartilhem de seus objetivos e gerem algum impacto na sociedade; Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida: Os núcleos do Programa de Esporte e Educação (atualmente núcleos Itacorubi, Saco Grande, Canasvieiras, Palhoça, São José, Biguaçu e Campos Novos) foram criados a partir de parcerias com empresas e demais entidades interessadas em promover ações socioeducativas na região da grande Florianópolis e meio oeste catarinense que não dispunham de estrutura para as atividades esportivas e educacionais. Porém o Programa Campeões da Vida, ao qual esta autora se inseriu, atua no atendimento de crianças e adolescentes de 7 à 15 anos, no contraturno escolar, utilizando como ferramenta educacional “ o Esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.” O trabalho é realizado por uma equipe interdisciplinar estruturado por Educação Física, Psicologia, Serviço Social, Biblioteconomia, Informática, Artes Cênicas, Pedagogia e Jornalismo. Sua metodologia se baseia nos Quatros Pilares da Educação<sup>5</sup> criados pela UNESCO. O Manual do Estagiário 2014 também é específico quanto as atribuições dos estagiário, as atividades passam por um processo de planejamento e avaliação que são realizados em reuniões quinzenais, onde as áreas de atuação fazem sua contribuição para um melhor atendimento e atuação com essas crianças e adolescentes. (Manual do estagiário, 2014, p.22-40)

Dentre alguns dos eventos realizados com os educandos podemos ressaltar: Encontrão onde os núcleos totalizando as 600 crianças mas 20 pessoas do grupo

---

<sup>5</sup> Aprender a Ser; Aprender a Fazer; Aprender a Conviver e Aprender a Conhecer. (DELOTS, Manual do estagiário, 2014, p.5-21)

inclusivo do Programa de ações especiais, passam o dia na Astel, sendo assim promovendo as crianças e adolescentes um dia de muita diversão, proporcionando aos educandos dois passeios semestrais;

Torneio Internucleos de Tênis; Visitas aos eventos da semana Guga Kuerten; Semana do Amigo; Semana da família. Os núcleos são baseados em oficinas de Tênis; Esportes complementares; Cultural, complementada pela IGKTECA e Artes Cênicas a cada quinze dias.

O IGK possui “inscrição Municipal nº 409839-0, o registro de Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5895 de 31/08/2001 publicado no Diário Oficial em 12/09/2001, de Utilidade Pública Estadual conforme Lei nº 12.637 de 10/07/2003, de Utilidade Pública Federal conforme Portaria nº 2228 e D.O. U nº 230 de 26/11/2008, Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS conforme portaria nº 392 de 27/06/2012, publicado no Diário Oficial da União em 28/06/2012, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA sob nº 039/2004 de 29/09/2004.” (Manual de atuação do estagiário e do profissional do Serviço Social IGK/2014, p. 7).

### **3.2 O trabalho do serviço social assistente social no Instituto Guga Kuerten**

Desde o início no Instituto Guga Kuerten a área de Serviço Social está presente, através da presidente do Instituto, Assistente Social Sra. Alice Kuerten. Esta foi a “protagonista na formatação organizacional do Instituto”, na qual contribuiu com a sua competência técnica e experiência profissional diretamente nas ações iniciais do IGK em conjunto com a primeira Assistente Social contratada, atual superintendente do Instituto. De acordo com as demandas, ao longo dos anos e da ampliação das ações, o quadro de profissionais foi crescendo. *“Atualmente o profissional do Serviço Social destaca-se de formas distintas no Instituto, na presidência e superintendência da organização, na coordenação dos programas sociais, na supervisão social e pedagógica, também na atuação direta nos núcleos”.* (Manual do estagiário de Serviço Social do IGK/2014).

Segundo o Manual do Estagiário (2014) a atuação do profissional em Serviço Social se dá em equipe multiprofissional com os demais educadores do núcleo respeitando a metodologia de trabalho interdisciplinar do IGK, participando efetivamente do planejamento, execução e avaliação das atividades socioeducativas interdisciplinares, realizar visitas domiciliares e institucionais, bem como, os possíveis encaminhamentos sociais das demandas identificadas. Desenvolver um

trabalho de mediação profissional entre Núcleo, Família e Escola, realizar o contato com os responsáveis nas situações, elaborar os relatórios de todas as visitas domiciliares/institucionais e atendimentos realizados, coordenar e organizar os eventos que envolvam as famílias, reuniões de pais e semana da família entre outros.

De acordo com o manual do estagiário as demandas, ao longo dos anos e da ampliação das ações, o quadro de profissionais foi crescendo.

Atualmente o profissional do Serviço Social destaca-se de formas distintas, na presidência e superintendência da organização, na coordenação dos programas sociais, na supervisão social e pedagógica e também na atuação direta nos núcleos. Dentro da Instituição as profissionais assistentes sociais recebem cargos de destaque e importância como: Na superintendência, a Assistente Social é responsável pela elaboração dos projetos e programas, captação e organização de recursos financeiros, de parcerias e gerenciamento das ações sociais desenvolvidas pela instituição; Na execução do FAPS, a prática profissional caracteriza-se por selecionar e avaliar os projetos, assessorar tecnicamente e por intermédio de capacitações às entidades na elaboração de seus projetos institucionais; Ainda no FAPS, a superintendente e a presidente, realizam visitas técnicas para colaborar no gerenciamento das entidades selecionadas e na elaboração e avaliação de relatórios durante todo o período proposto pelo programa; Nos programas de Ações Especiais e Esporte e Educação, o trabalho é direcionado ao processo de articulação e organização dos recursos financeiros e humanos, bem como de promoção da coordenação, assessoria técnica e avaliação das atividades em curso; Na coordenação social, a Assistente Social Suelen Virgílio é responsável pela supervisão de toda atuação do serviço social na instituição e pela coordenação do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida junto aos demais coordenadores do IGK. No FAPS e no Programa de Ações Especiais participa da comissão de avaliação dos projetos enviados pelas instituições participantes do Prêmio IGK e do FAPS. (Manual do estagiário de Serviço Social, 2014, p.5-6)

E para finalizar o Manual do Serviço Social fala das supervisoras de campo as profissionais da área, a Assistente Social Gabriela Minelli e Gracielle C. de Oliveira Pedro Martins,:

compõem o quadro profissional realizando o contato direto com as escolas e famílias, estreitando e facilitando as relações entre esses dois segmentos e o programa. A primeira é responsável por todo o processo de triagem e matrícula dos educandos e pelos encaminhamentos dos adolescentes ao mercado de trabalho, ambas realizam visitas institucionais (rede)/domiciliares e a supervisão de campo das estagiárias do Serviço Social. A segunda também atua diretamente como educadora no Núcleo Canasvieiras realizando atividades socioeducativas interdisciplinares com os educandos. Por último temos uma Assistente Social no cargo de analista de projetos, ainda temos a Larissa Libert, formada em Serviço Social, foi contratada para suprir a necessidade do IGK com relação aos trâmites burocráticos exigidos pelas prestações de contas dos projetos aprovados pelas leis de incentivo fiscal (Ministério do Esporte, da Cultura e FIA) e por cota direta (Petrobras e outros). Além de elaborar relatórios, auxilia no



FAPS e nas necessidades do setor administrativo financeiro. (Manual do estagiário do Serviço Social, 2014, p.4-6)

Vale ressaltar que, com exceção da presidente e da superintendente, *“todas as atuais profissionais do IGK foram estagiárias do Programa Campeões da Vida, atuaram como educadoras, se reconheceram profissionalmente na instituição e acreditaram na importância da categoria no âmbito educacional.”* (Manual do estagiário do Serviço Social, 2014, p.6)

### 3.3 Indicações metodológicas da pesquisa

A partir da análise efetuada no campo de estágio “Instituto Guga Kuersten” foi delimitada pesquisa referente ao tema em questão, foram realizadas coletas de dados referente as entrevistas realizadas. Mas antes de fomentar a realização da pesquisa faremos uma breve conceituação sobre entrevista para assim entendermos este processo.

Segundo Gil (2012) Entrevista é conceituada como

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formular perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2012, p. 108)

Através da entrevista podemos entender a percepção das profissionais acerca do assunto abordado. A entrevista pode ser aberta ou fechada, individual ou em grupo, informal ou formal, mas independente é uma ferramenta de extrema importância para obtenção de dados necessários que auxiliam o pesquisador a realizar uma análise de sua pesquisa.

Mas para Richardson (2014) “entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa para outra” ou visse versa, uma comunicação unilateral. Mas ele ainda comenta que

A melhor situação para participar na mente do outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Esse tipo de interação entre pessoas é um elemento fundamental na pesquisa em Ciências Sociais, que

não é obtido satisfatoriamente, como já foi visto, no caso da aplicação de questionários. (RICHARDSON, 2014, p.107)

Entretanto para melhor entender os questionamentos que se passam na mente humana essa interação, aproximação faz com que se tenha uma melhor definição das informações. (Manual do estagiário, 2014)

Porém para delimitarmos a entrevista foi preciso traçar algumas metas e criar categorias analíticas e instrumento de coleta de dados para a pesquisa deste trabalho de conclusão de curso.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas individuais, com perguntas abertas possibilitando uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado, entrevista informal, observação participativa, o registro se deu por gravação com consentimentos das entrevistadas e todos os dados analisados, foram apagadas as gravações ao final.

No entanto foram realizadas cinco perguntas abertas:

- O que você entende por autonomia profissional?
- Você concorda que a autonomia profissional do Assistente Social seja relativa?
- Como você entende a Autonomia Relativa do Assistente Social no Terceiro Setor?
- Como você avalia a sua atuação no Instituto Guga Kuerten em relação sua Autonomia Profissional?
- Você acha que a instituição detém os meios necessários para sua autonomia?

Logo após definida as categorias, foram delimitadas a quantidade de profissionais para a coleta de dados, dentro as profissionais Assistentes Sociais que fazem parte do quadro de profissionais do IGK, somente duas são contratadas como Assistentes Sociais, as demais ocupam outros cargos coordenativos.

Feito o primeiro contato e realizado o pedido de autorização para as entrevistas, foi encaminhado um email para que as profissionais encontrassem um horário melhor para a realização da entrevista.

A entrevistada nº 1, foi realizada a entrevista no dia 08 de Junho de 2015, aproximadamente às 11:45, no escritório do IGK, sediado no Santa Mônica. Utilizamos o espaço da sala da Presidente Dona Alice Kuerten, e todo o processo

teve a duração de 8,20 minutos (oito minutos e vinte segundos) sem interrupções. Durante o processo se mostrou nervosa devido ser sua primeira entrevista como profissional e não entender o assunto abordado, mas em todo momento respondeu com clareza o que entendia. Antes da entrevista pediu para ver as perguntas, fomos conversado e assim passado tranqüilidade para que a mesma falasse aquilo que viesse em sua mente, pois entendemos que não há domínio da mesma sobre o assunto abordado.

A entrevistada nº 2, sua entrevista foi realizada no dia 10 de Junho de 2015, Aproximadamente às 12:50, realizado no Galpão da Enplac em Biguaçu, no local onde são realizadas as atividades com as crianças no núcleo Biguaçu. Mesmo estando em lugar aberto com muitas pessoas em volta, foi possível realizar a entrevista sem interrupções, em nossa volta havia pessoas conversando e barulhos vindos da BR 101, a entrevistada foi objetiva, respostas concisas e não se deixou ser incomodada e nem influenciada pelo meio. Todo o processo obteve a duração de 5,31 minutos (cinco minutos e trinta e um segundos). Durante o processo não se mostrou tão nervosa, mas segundo suas palavras assim o estava, devido ter mostrado as perguntas para a entrevistada nº1, foi feito o mesmo com a nº 2, mesmo não entender o assunto abordado, em todo momento respondeu com clareza e firmeza. Antes da entrevista foi realizada uma conversa e passado tranqüilidade para que a mesma falasse aquilo que viesse em sua mente, pois entendemos que não há domínio do assunto abordado.

### **3.4 Análise e resultados da pesquisa.**

De acordo com os dados coletados durante a entrevista, podemos realizar uma análise metodológica desse processo comparando com o estudo realizado no corpo deste trabalho de conclusão.

#### **1 - O que você entende por autonomia profissional?**

### Entrevistada nº1

“Então, eu acredito que autonomia profissional, é, está baseada no leque de **atividades e atribuições, que eu posso me estender, que eu posso desenvolver dentro da instituição**, representando a Assistente Social da Instituição. **Compreendendo que eu tenho autonomia, capacidade, desenvolvimento técnico, pra desenvolver uma ação pra instituição, como profissional** Assistente Social”.

### Entrevistada nº2

“Então eu entendo por autonomia profissional, é tu ter **autonomia para fazer teu trabalho, executar tuas ações do dia a dia, sem ter interferência de terceiros, ou ter autonomia sem ter essa interferência**, enfim, basicamente ter autonomia para fazer tuas questões que são pertinentes ao teu trabalho do dia a dia, no teu espaço social ocupacional”.

Como consta na metodologia apresentada no corpo deste trabalho de conclusão, a Entrevistada nº 2 fala dessa autonomia total, onde o profissional é livre pra fazer suas escolhas, como já contamos durante todo o processo de construção desta defesa na pagina 14, autonomia segundo o Dicionário Significados “está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência, onde os seres humanos são independentes, livres para expressar seus sentimentos e pensamentos”. E ainda no dicionário Aurélio na pagina 14, pode-se encontrar a autonomia sendo uma “independência administrativa”, que nos trata de uma liberdade adquirida nas instituições, até que ponto o profissional utiliza dessa autonomia e possui liberdade de expressão institucional. A Entrevistada nº1 mostra em sua fala essa autonomia que é muito bem expressa no dicionário Aurélio no que se refere a independência no “*leque de atividades e atribuições, que eu posso me estender que eu posso desenvolver dentro da instituição*”, dentro das possibilidades do profissional dentro da instituição, no “*eu posso, eu desenvolver*”, dentro daquilo que cabe a ela. Demonstrando em sua percepção essa autonomia.

Na citação de Zatti (2015, p.10-15), no começo do trabalho podemos identificar essa fala da entrevistada nº1, onde demonstra que mesmo com autonomia institucional somos limitados no que diz respeito a plenos poderes.

Existem limites, leis e não somos dotados de uma ilimitada autonomia nos diversos afazeres institucionais.

A entrevistada nº 2 em sua fala traz elementos que demonstra uma “auto-autonomia” onde ela é capaz de não ser interferida, nos trazendo a lembrança que os profissionais qualificados dentro de seus ambientes podem possuir uma expressão 100% livre de escolhas, “*sem ter interferência de terceiros, ou ter autonomia sem ter essa interferência*”, (fala já mencionada acima na descrição) esse elemento nos remete a pensar que existem profissionais satisfeitos com seus trabalhos realizados perante as instituições, essa autonomia é bem vista pelas profissionais do IGK.

## **2 - Você concorda que a autonomia profissional do Assistente Social seja relativa?**

### **Entrevistada nº1**

“Então, pensando na autonomia relativa, que eu acredito que seja o que está desligado no corpo institucional, pensando na autonomia relativa, na autonomia como se fosse a autonomia que eu tenho, na capacidade **e responsabilidade que eu tenho de atuar, em intervenções profissionais sem pensar no ...** (tempo pensando de 20 segundos em silêncio pensando na resposta) **... nas hierarquias profissionais dentro da instituição. Se eu acredito que o Assistente Social dentro desta autonomia relativa que ele tem capacidade, desenvolvimento técnico-operativo, teórico-metodológico, inclusive da postura ética também, de ter essa autonomia relativa, de poder propor, de poder intervir em situações, é, não que fosse singularmente né!** Mas de ter autonomia pra conseguir efetivar o seu trabalho sem ter que apresentar a um grande grupo de profissionais e sim conseguir ter autonomia relativa”.

### **Entrevistada nº 2**

“Eu não sei se 100%, eu concordo em partes, porque na verdade eu acredito que o nosso trabalho diretamente ou indiretamente depende de diversos fatores, então a gente vai ser sempre, muito relativo de que tu depende naquele momento, no **que tu**

**precisa buscar naquele momento e nem sempre depende só de ti**, por isso que se torna relativa né!”.

Na fala da entrevistada nº1 onde já descrita, mas a cima ressaltamos que *“Se eu acredito que o Assistente Social dentro desta autonomia relativa que ele tem capacidade, desenvolvimento técnico-operativo, teórico-metodológico, inclusive da postura ética também, de ter essa autonomia relativa, de poder propor, de poder intervir em situações, é, não que fosse singularmente”*. Traz elementos que podemos pensar, os profissionais como filósofos e psicólogos, entre outros que em meio a tantas demandas muitas vezes alienados por uma instituição que lhe dá toda autonomia na sua fala, mas nas atividades diárias do profissional dentro da instituição acaba sendo limitado nas suas intervenções. A fala desta autonomia total pela instituição vem de encontro a essa liberdade de expressão e de ideias que o IGK dá aos seus funcionários e estagiários, mas que em algumas instituições fica mais explicitada a falta de autonomia, de espaço e de recursos.

O que precisamos entender é que mesmo recebendo plena liberdade e autonomia, somos contratados e isso é demonstrado em um dos temas aqui já abordados que o profissional mesmo se preparando academicamente, se tornando um profissional qualificado, estando sujeito a venda sua força de trabalho, sua autonomia profissional para realizar um serviço para os usuários, realizando os diversos encaminhamentos cabíveis, não podendo esquecer que está sendo monitorado pela instituição, realizando seus mandos.

Abreu, (2015), como já mencionado durante o trabalho de conclusão, diz que o autônomo e sua força de trabalho dependem muito mais deles mesmo do que de outros, na autonomia relativa por querer ser livre independente acaba se enquadrando nos padrões das instituições, entrando na precarização do trabalho, trabalhando mais e recebendo menos.

### **3 - Como você entende a Autonomia Relativa do Assistente Social no Terceiro Setor?**

**Entrevistada nº 1**

“Então, pensando na nossa atuação dentro do terceiro setor, que veio a partir do movimento neoliberal, **onde o Estado se isimou de suas responsabilidades, e suas funções, eu acredito que a autonomia relativa no terceiro setor vem pra colaborar com as atitudes e com as atribuições que o Estado não dá conta.** Infelizmente como nosso público alvo não consegue acessar alguns serviços do meio privado, **o terceiro setor** por não contar com uma força solidificada entre as instituições privadas e o Estado também, **essa ponte fica mais fácil para os nossos usuários acessarem**”.

### Entrevistada nº 2

“Eu acho que vai mais basicamente de encontro ao que eu disse né! Por que no terceiro setor tu articula muito com as outras políticas, a política de saúde, de Assistência, enfim. A mesma questão né, **quando tu depende de outros seguimentos ou fatores acaba sendo relativo, por que nem tudo depende da tua ação profissional, do teu fazer profissional, depende de outras questões que extrapolam a tua prática, né**”.

A entrevistada nº 1 traz elementos em sua fala sobre a desresponsabilização do Estado dando assim ao Terceiro Setor abertura para trabalhar essas questões da questão social, elementos esses que podemos ver durante a apresentação deste trabalho. O objetivo é colaborar com o Estado e sociedade naquilo que é *“impossibilitado ou incapaz de fazer.”* São pensamento de muitos em nossa sociedade culpabilizando o Estado pela desresponsabilização com a sociedade, mas pelo contrário essa parceria que se formou possibilitou o crescimento do terceiro setor.

Como já vimos anteriormente, Menta (2015) argumenta que o crescimento da população aumenta as desigualdades e as políticas públicas surgem como um novo marco, pois estimula o crescimento do Terceiro Setor fortalecendo cada vez mais a sociedade, havendo assim uma articulação e colaboração entre o Estado e Instituições. Com os avanços desta articulação possibilitou o crescimento das instituições que se preocupam com as políticas e com esse crescimento dificultando algumas vezes e bem como a entrevistada nº2 *“essa articulação com outros setores impossibilita a efetivação dessa autonomia”*. Um elemento a ser discutido.

Aqui nós temos duas visões sobre o terceiro setor e o Estado uma que culpabiliza o Estado trazendo discurso de sua ineficiência e precarização exaltando assim o Terceiro Setor, trazendo essa visão de ampliação da cidadania. Uma outra visão que traz elementos da precarização que as políticas estatais passam devido a redução do Estado provocadas pelo capitalismo.

Percebemos nas falas das entrevistadas que mesmo sendo uma instituição de Terceiro Setor se percebem nas demandas que aparecem todos os dias a efetivação dos direitos dos usuários. Quando se vive esta conjuntura não se pensa no exterior nas leis do Terceiro Setor, mais na qualidade desses atendimentos. Ao realizar esta análise percebemos o quanto a fala da entrevistada nº1 é focado no terceiro setor e traz o sentido da desresponsabilização do Estado.

#### **4 - Como você avalia a sua atuação no Instituto Guga Kuerten em relação sua Autonomia Profissional?**

##### **Entrevistada nº 1**

“Eu acredito que a função do serviço social dentro dessa instituição, ela tá bem clara e bem forte dentro desta instituição. Compreendendo que a gente tem importância e **que o serviço social dessa instituição tem um valor muito grande, a minha autonomia é bem declarada a partir do momento que eu consigo efetivar várias ações que infelizmente em outros campos de trabalho não conseguiria.** Como a gente tem mais facilidade de ter um programa bem estabelecido, de ter um projeto bem solidificado, no que tange as nossas atribuições dessa instituição, **eu penso que a minha autonomia ela tá bem solidificada dentro do IGK”.**

##### **Entrevistada nº 2**

“Eu acho que aqui no IGK, agente, primeiro enquanto Assistente Social, Assistentes sociais né! Por que nós temos várias na instituição, isso por si só já é um dado muito importante, **porque a gente tem um espaço reconhecido na instituição, então eu acho que a autonomia por esse fator ela se torna mais concreta por parte das Assistentes Sociais.** Então eu acho que a gente tem autonomia sim, **a autonomia ela existe, mas claro que ela se torna relativa por que muitas vezes surgem**



**questões, surgem demandas, encaminhamentos que a gente acaba pedindo, tendo suporte da própria coordenação da Superintendência do Instituto. São questões que não dependem só da nossa prática, do nosso fazer.** Mas existe autonomia sim, eu me sinto 100% confortável em executar meu trabalho. O que eu acho legal na questão da autonomia também é a parte da confiança e da troca que a gente tem com as outras assistentes sociais. Por que por mais que a gente tenha autonomia, muitas vezes a gente quer debater, conversar, que saber um outro ponto de vista”.

Diante da fala da entrevistada nº 2 podemos identificar o reconhecimento sobre a autonomia relativa em sua fala como já mencionada em cima e que é importante enfatizar, *“a autonomia ela existe, mas claro que ela se torna relativa por que muitas vezes surgem questões, surgem demandas, encaminhamentos que agente acaba pedindo, tendo suporte da própria coordenação da Superintendência do Instituto. São questões que não dependem só da nossa prática, do nosso fazer”*.

Algumas características em sua fala podem ser analisadas em comparação ao que já foi argumentado anteriormente nos estudos dos capítulos apresentados, onde as ONGs geram o mito da participação igualitária, explicando mais aprofundadamente estabelecem relações horizontais e democráticas. Esse mito é desmitificado na fala da entrevistada quando expressa que mesma tendo que, em alguns casos, se portar a instituição para alguns casos, tem sim total autonomia. Isso é claro nas duas falas.

Os profissionais nos seus espaços socio-ocupacionais pensam, idealizam que seus trabalhos realizados geram institucionalmente 100% de autonomia profissional, idealizando uma liberdade ou independência nesses espaços. Mesmo que as entrevistadas acreditem nessa autonomia, ela poder ser mesmo assim relativa, pois a partir do momento que vendem sua força de trabalho para terceiros perdem, tendo que se subordinar aos mandantes em casos extremos ou de suma importância como ficou claro na fala da entrevistada nº 2.

Nos dias atuais, os profissionais sofrem por seu movimento de luta estar fragmentado, fragilizado nos seus ideais, percebemos pela luta na dificuldade de implementar o direito conquistado das 30 horas. Quando vemos esta fala pensamos nas lutas dos profissionais nas diferentes instituições e a partir deste momento ao fazer uma análise da fala da entrevistada *“porque a gente tem um espaço reconhecido na instituição, então eu acho que a autonomia por esse fator ela se*

*torna mais concreta por parte das Assistentes Sociais.* ” O IGK possui um número grande de Assistentes Sociais na instituição e valorizam o trabalho das profissionais, sabemos que algumas instituições não dão o mesmo valor.

#### **5- Você acha que a instituição detém os meios necessários para sua autonomia?**

##### **Entrevistada nº 1**

“Pensando nos recursos humanos, nos recursos pessoais né, pedagógicos, eu acredito que o IGK contribui com a minha autonomia dentro da instituição. Até por que é uma instituição que incentiva que dê continuidade a nossa educação, que a gente consiga se aprimorar pra compreender toda realidade que permeia a nossa sociedade né, que é envolvida por uma correlação de forças, então a gente tem que compreender todas as questões políticas e econômicas que está permeado na nossa autonomia profissional. **Eu acredito que eu tenho total subsídios pra desenvolver**, pra exercer mesmo a minha autonomia profissional”.

##### **Entrevistada nº 2**

“Total, todos os meios. **Acho que esse é um ponto forte do IGK, em todos os sentidos, espaço físico, local de trabalho, disponibilidade de carro que isso é muito importante, acho que isso nos espaços públicos é uma grande dificuldade.** Por exemplo, ontem eu visitei um CRAS, um CREAS da Palhoça, eles tem carro uma vez, numa tarde, pra uma equipe utilizar. Isso limita todo o fazer profissional. Tu tem uma agenda de visitas um carro uma vez por semana. Aqui no IGK não, eu preciso pra participar de um congresso eu vou, eu preciso de um fórum, eu vou, há uma visita com a estagiário eu vou, então é tudo muito aberto assim para que a gente possa fazer”.

A compreensão que as Assistentes Sociais do IGK possuem sobre autonomia total está relacionada a pouca compreensão sobre o que é autonomia profissional e seu caráter relativo. Como podemos observar a autonomia nunca é ampla, total e restrita, sempre é condicionada pela instituição, publico alvo, recursos, área no qual está inserida, entre outros fatores. Podendo se perceber que no caso do IGK essa autonomia é ampla dentro do que é proporcionado pela instituição, fora desses padrões é limitado, exemplo de outras instituições. Os profissionais possuem

essa autonomia ampla dentro dos condicionantes que o IGK propõe. Existem instituições que não possuem recursos para exercer os seus trabalhos e o IGK proporciona muitos dos recursos necessários para as profissionais desenvolvê-los, fator que também leva a sensação de ter mais autonomia para a realização do trabalho profissional.

Sendo assim, todos os espaços sócio-ocupacionais do serviço social são campos de grandes contradições e luta de classes. Esses espaços geram a necessidade ao profissional de Serviço Social de construir subsídios para uma atuação pautada nos valores e princípios do Código de Ética profissional. Nesse contexto, torna-se necessário ao assistente social, além das exigências postas pela formação, contribuir para o gerenciamento e desenvolvimento institucional de maneira tal a propiciar subsídios para a construção de uma nova lógica técnica e ideopolítica, processo no qual a busca de saber vem a se constituir como um compromisso ético e profissional.

As chances de encontrar uma autonomia nas instituições para desenvolver projetos e ações para auxílio do usuário, mas pelo contrário as demandas já preenchem nosso tempo na instituição e fora dela.

Essa autonomia no IGK continua sendo relativa, mas podemos observar que as profissionais da instituição possuem um grande apoio e incentivo para desenvolverem o melhor trabalho possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou evidenciar o conhecimento e a percepção das assistentes sociais acerca da sua autonomia profissional no Instituto Guga Kuerten.

No percurso desse Trabalho de Conclusão de Curso expusemos algumas considerações e conclusões, mediante o esforço de abstração e totalização do objeto de pesquisa.

Primeiramente, observou-se o debate acerca da Autonomia Profissional do Assistente Social, onde seus tópicos trouxeram um debate acerca do conceito e significado dessa Autonomia, trazendo elementos importantes para esse debate dentro das profissões abordadas, que são de relevância que possuem direta ou indiretamente algum contato com a instituição em questão, estendendo esse debate para dentro da profissão do Serviço Social.

Tendo em vista que o Instituto Guga Kuerten é uma instituição de Terceiro Setor, foi realizado um debate acerca do trabalho do Assistente Social nas organizações não governamentais sem fins lucrativos, onde foi abordado o contexto histórico e político da publicização e o Terceiro Setor, trazendo um olhar crítico acerca da atuação do Estado mais com enfoque desse olhar voltado a eficiência e direcionamento do mesmo para as instituições que se tornam parceiras do trabalho com a sociedade, em seguida conceituando o Terceiro Setor e Instituto, trazendo assim um debate acerca do trabalho dos profissionais Assistentes Sociais nessas organizações.

Ao falar sobre Autonomia Profissional do Assistente Social no IGK é importante considerar o trabalho desenvolvido na instituição, por este motivo abordamos o contexto histórico e político do IGK e a trajetória das profissionais de Serviço Social nesta organização, pois ao chegar na pesquisa realizada podemos dentro das falas das profissionais identificar essas características.

A pesquisa realizada teve um enfoque na participação das profissionais Assistentes Sociais do IGK, durante a vivência no Instituto, ouvia os profissionais falarem da autonomia que eles recebiam da instituição, com isso esse debate se tornou instigante e ficou evidenciado nas falas das profissionais entrevistadas. A pesquisa foi realizada através de entrevista com quatro perguntas relacionadas ao

seu entendimento e avaliação acerca de sua autonomia. As entrevistas foram individuais, com perguntas abertas possibilitando uma maior interação entre as profissionais e o pesquisador.

Analisando os resultados podemos perceber que os objetivos foram alcançados e que com diferentes palavras as entrevistadas nº 1 e nº 2 entendem o que é autonomia profissional: Entrevistada nº 1 *“atividades e atribuições, que eu posso me estender que eu posso desenvolver dentro da instituição”*. No que se refere o entendimento sobre a sua concordância sobre a sua do Assistente Social seja relativa: Com suas palavras e entendimento leigo sobre o assunto, as duas concordam, *“eu acredito que o nosso trabalho diretamente ou indiretamente depende de diversos fatores, então a gente vai ser sempre, muito relativo de que tu depende naquele momento, no que tu precisa buscar naquele momento e nem sempre depende só de ti”*. Ao falar sobre Autonomia Profissional no Terceiro Setor, a entrevistada nº1 comentou do Estado ter se *“isentado das suas responsabilidades que por sua vez não dava conta”*, passando para as instituições de Terceiro Setor, como conta no segundo capítulo deste trabalho, muitas pessoas possuem esta visão de ineficiência do Estado, mas que não entendem que o Estado em parceria com as instituições querem aumentar a atuação no enfrentamento a Questão Social. Ao avaliar sua atuação na instituição as entrevistadas trazem em sua fala a total autonomia que a instituição dá, mas a entrevistada nº 2 traz um elemento importante nesta análise, *“a autonomia ela existe, mas claro que ela se torna relativa por que muitas vezes surgem questões, surgem demandas, encaminhamentos que a gente acaba pedindo, tendo suporte da própria coordenação da Superintendência do Instituto. São questões que não dependem só da nossa prática do nosso fazer”*. Diante dessas considerações foi realizada uma quinta pergunta como bônus para contra-argumentar a entrevistada nº 1, que ao perguntar se a instituição detém os meios necessários para sua atuação como autônoma, *“Eu acredito que eu tenho total subsídios pra desenvolver”*, um elemento que conta nas falas das duas entrevistadas.

Diante dos fatos apresentados podemos entender a atuação dessas profissionais no IGK, e entender que ao avaliar os dados coletados os profissionais possuem autonomia em sua área de atuação, mas uma das entrevistas entendeu que sua autonomia é relativa na sua atuação como profissional contratada. É dentro desses fatores que podemos perceber que a atuação em uma instituição mesmo

obtendo as melhores condições, a autonomia do profissional ainda continua sendo relativa, pois como contratados teremos que ser sujeitados aos ditames institucionais, quer dizer em algum momento teremos uma situação em que nos impossibilite de tomar a decisão devemos procurar aos coordenadores, aos mandantes na instituição.

Evidentemente que os profissionais Assistentes Sociais vem tomando forças nas organizações não governamentais, espaços esses que se tornam espaços abertos, espaços de contradição e de lutas de classes, como profissionais deve-se independentemente em que espaço ou lutas esteja envolvido, deve ser pautado em uma atuação ética e construção diária de subsídios para a conquista e efetivação de direitos dos usuários. Precisamos entender que esse novo espaço de atuação vem se tornando cada vez mais forte no que se diz respeito a atuação dos profissionais Assistentes Sociais e para isso devemos nos preparar constituindo um compromisso ético e profissional.

Tais considerações são pertinentes, e este debate é de grande importância devendo ter mais abrangência nas pesquisas em instituições diferenciadas. Até mesmo a continuação na instituição IGK mais as entrevistas sendo realizadas com os estagiários de Serviço Social tendo uma maior abrangência.

Como profissionais Assistentes Sociais não podemos independentemente da área de atuação esquecer o nosso fazer ético-político, técnico-operativo e construir um espaço qualificado dentro de suas possibilidades para assim melhor efetivar os direitos dos nossos usuários.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Autonomia: Clínica de Psicologia**. São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.marisapsicologa.com.br/autonomia.html>> Acesso em: MAI./2015.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O Trabalho do Assistente Social nas Organizações Privadas Não Lucrativas**. In: CFESS. ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.3-13.

BARBOSA, Rosangela N. de C. **Introdução ao estudo da Administração e do Planejamento aplicado ao trabalho do Assistente Social**. In: Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n.14, 1999. p. 29-42

BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CEFESS: São Paulo: Ed. Cortez, 2012. p.118-133.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) > Acesso em: NOV./2014.

BONETTI, Dilseia A. **Serviço social e ética: Convite a uma nova práxis**. [et. AL] – 4 ed.-São Paulo, Cortez, 2001, p.174 – 209.

BORBAS, Francis Campos. **Autonomia Universitária: Conceitos e Limites**. 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/fasubra\\_ autonomia\\_ universitaria.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/fasubra_autonomia_universitaria.pdf)> Acesso em: ABR./2015

DELGADO, Maria Viviane Monteiro. **O Terceiro Setor no Brasil: Uma Visão Histórica**. *Revista Espaço Acadêmico*; Nº 37; Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>>. Acesso em: ABR./2015.

DICIONARIO informal. **Relativo**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/relativo/>> Acesso em: ABR./2015

DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública**. *Revista Pedagogia em Debate – Desafios Contemporâneos*. Disponível em:<<http://www.utp.br/mestradoeducacao/vpedagogiaemdebate/pddgd.htm> acessado em 5/3/2007> Acesso em: ABR./2015

FREIRE, Abraão dos santos e CANDITO, Sandra da Silva. **Uma Análise do Serviço Social no Brasil**. Disponível em: Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto

Vieira Ano VI – nº 08, setembro 2013 – INSS – 1983 – 1285. < [http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo\\_348\\_364.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_348_364.pdf)> Acesso em: MAI./2015.

GESTÃO, Wagner de Souza Campos. **Co-contrução de Autonomia**. São Paulo; Huatc: Rio de Janeiro: Ed Fiocruz,2006. P 669-670. Disponível em: <<https://caemilioribas.files.wordpress.com/2009/09/co-construc3a7c3a3o-da-autonomia-o-sujeito-em-questc3a3o.pdf>> Acesso em: ABR./2015

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IGK – Instituto Guga Kuerten. **Plano do Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida**. 2009, Documento interno.

IGK – Instituto Guga Kuerten. **Manual do estagiário, profissional e voluntário**. 2014a Documento interno.

IGK – Instituto Guga Kuerten. **Manual para atuação do estagiário do Serviço Social no Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida**. 2014b Documento interno

INSTITUTO GUGA KUERTEN. <[www.lgk.org.br](http://www.lgk.org.br)>. Acesso em: 5 nov. 2014.

KATÁLYSIS Apud MENEGASSO, Maria Ester. **Organizações e Serviço Social**. KATÁLYSIS v. 5 n. 2 Jul./dez. 2002 Florianópolis SC107-144.

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia e Educação: A Trajetória de um Conceito**. Aderno de pesquisas, n. 115, p. 207-232, Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115>> Acesso em: MAR./2002.

MENTA. Patrícia Duarte Costa. **O Regime Jurídico das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**. Disponível em: <http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/patriciamenta.pdf> > Acesso em: ABR./2015

MITSUKO, Aparecida Makino Antunes. **PSICOL. ESC. EDUC.** (Impr.) vol.12 no.2 Campinas Dec. 2008. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572008000200020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572008000200020&script=sci_arttext)> Acesso em: ABR./2015

MONTAÑO, Carlos E. **O Projeto Neoliberal de Resposta à “Questão Social” e a Funcionalidade do “Terceiro Setor”**. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf) > Acesso em: ABR./2015.

OLIVEIRA, Alexandre Machado de.**Princípios do Direito Tributário**. Disponível em:<[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7866](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7866)>. Acesso e: ABR./2015.



PESSOA, Mariana Alves. **O Direito Civil Constitucional**. 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8907-8906-1-PB.pdf>> Acesso em: MAI./2015.

PINTO, Maria Verônica Roldán. **O Exercício da Docência Autônoma na Perspectiva da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire Autonomia na Educação**, 2014. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1981-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1981-0.pdf)> Acesso em: MAR./2015

PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade Social das empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?** In. FEV./2006. p. 39-47

PFEIFER, Mariana e Nogueira, Vera Maria Ribeiro. **O Papel do Estado e o "Welfare Mix"**. In: MAI /2005. p.144-148

PFEIFER, Mariana e Adams, José Rodrigo Bart. **Afinal, O que é Questão Social**. In. MAI./2012. p. 314-323

GIL, Antonio Carlos. **Métodos Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Ed. Atlas S.A. 2012. p. 108.

PRATES, Angela Maria Moura Costa e BUENO, Nayara Cristina. **O Universo do Mundo de Trabalho e a Profissão de Serviço Social**. 2010, p.187-195.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: Desafios frente a violação dos seus direitos**. Serv. Soc. Soc. no.107 São Paulo July/Sept. 2011, p.423.

RESENDE, Tomáz de Aquino. **Terceiro Setor, ONGs e Institutos**. Disponível em:<http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/12%20-%20TERCEIRO%20SETOR,%20ongs.pdf>>. Acesso em: MAI/2015. p. 1-2

REVISTA OAB. **Controle Social e Assistência Social: Perguntas e Respostas**. In: Comissão de Assistência Social - OAB/SC. Ano 2014. N 1. Florianópolis, OAB. p.19-33

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo, Ed. Atlas S.A. 2014, p. 107

SANTOS, Patrícia Jobim. **Trabalho de conclusão de curso: O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais em Juiz de Fora**. 2012. p. 127

SILVA, Carla Andréia Alves da. **O Sentido da Reflexão Sobre Autonomia no Serviço Social**. 2003 p.1. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v6n2\\_carla.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n2_carla.htm)> Acesso em: ABR./2015

SITE, **Significado.com** <<http://www.significados.com.br/autonomia/>> Acesso em: MAR./2015.

SITE, <<http://www.dicionariodoaurelio.com/autonomia>>. Acesso em: ABR/2015

SITE, **Clinica de psicologia. Autonomia**. Disponível em:<<http://www.marisa-psicologa.com.br/autonomia.html>>Acesso em: ABR./2015

SOARES, Jussara Calmon Reis de Souza & CAMARGO JR, Kenneth Rochel. **Autonomia do paciente no processo terapêutico como valor para a saúde**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100007&script=sci_arttext)> Acesso em: ABR./2015.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto alegre. 2007. Disponível em:<<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/autonomia.html>> Acesso em: ABR./2015.